Revista da

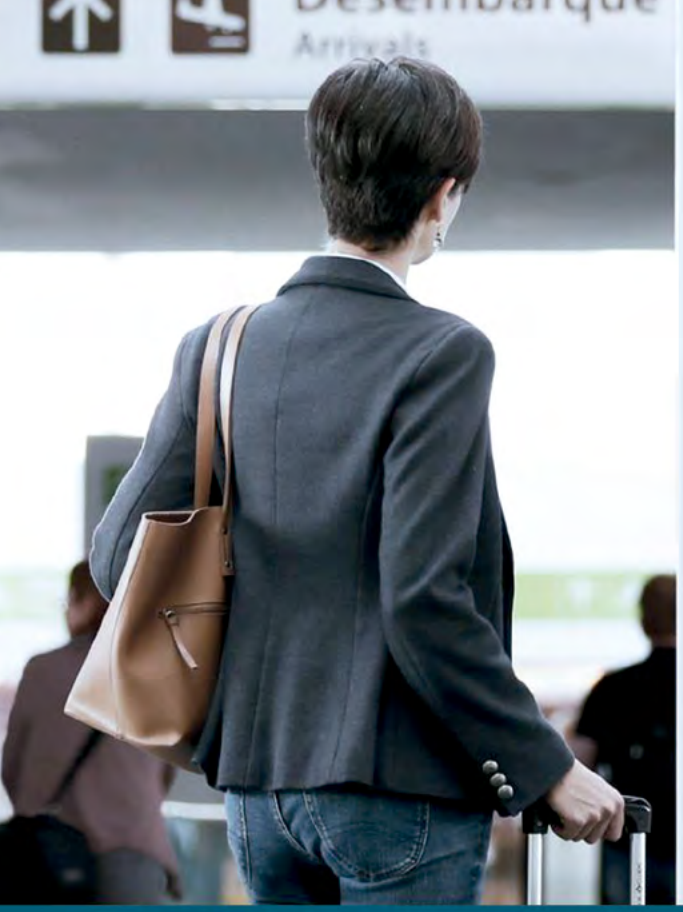
ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) e da ADB Sindical
Ano XX nº 97 • Dezembro de 2017 a Março de 2018

Vitória: Ministério do Trabalho concede registro para a ADB Sindical

TEMAS SOCIAIS — Diversidade no corpo diplomático brasileiro

ARTES PLÁSTICAS — Itamaraty resgata a memória da arte no campo da diplomacia



CBE | DECLARAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Destino	Moeda	Valor
EUA	US$	100K
Panamá	US$	100K
China	US$	100K
Portugal	US$	100K
Chile	US$	100K
Peru	US$	100K
Reino Unido	US$	100K
Espanha	US$	100K
Canadá	US$	100K
Itália	US$	100K
França	US$	100k

ATENÇÃO, O PRAZO ACABA ÀS 18H DE 5 DE ABRIL. EVITE MULTAS.

Se você possui ativos no exterior que totalizem US$100 mil ou mais, a declaração de capitais brasileiros no exterior é obrigatória. Acesse a página do BC e preencha o formulário de declaração online https://goo.gl/CGrH5G

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA DA ADB

Presidente: Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Vice-Presidente: Embaixador Ronaldo Costa Filho
Diretor Administrativo: Ministro Fabio Mendes Marzano
Diretor de Estudos e Pesquisas: Conselheiro Eduardo Pereira e Ferreira
Diretor Parlamentar: Secretário João Ernesto Christófolo
Diretor Financeiro: Secretário Rafael Gurgel Leite
Diretora Jurídica: Secretária Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme
Diretor de Eventos: Secretário Alexandre Souto
Diretor de Comunicação: Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Ministro Paulo Roberto de Almeida
Secretária Letícia Frazão de Moraes Leme
Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende

SECRETARIADO

Térsio Arcúrio – Gerente administrativo
Jacqueline Francisca da Cruz – Assistente administrativa
Danielle de Sousa Sabiá - Assistente administrativa

EXPEDIENTE

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros e da ADB Sindical
Ano XX – Nº 97 | Edição Dezembro de 2017 - Março de 2018
ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Embaixador Ronaldo Costa Filho
Secretária Marcela Campos de Almeida
Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

TEXTOS
Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Embaixador Eduardo dos Santos
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Embaixador José Estanislau do Amaral
Embaixador Raul de Taunay
MSC Paulo Roberto de Almeida
Conselheira Viviane Rios Balbino
Secretária Clarissa Alves Machado
Secretário Hayle Gadelha
Secretária Laura Berdine Santos Delamonica
Secretário Rodrigo Bertoglio Cardoso
Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos

EDIÇÃO/REVISÃO
Ronaldo de Moura

VALIDAÇÃO DE TEXTOS
Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

FOTO / ILUSTRAÇÃO
Secretário Vismar Ravagnani (Foto / Capa)
Conselheiro Flávio M. Sapha (Ilustração / Humor)

PROJETO GRÁFICO
Wagner Ulisses / Cristian Lisboa

DIAGRAMAÇÂO
Cristian Lisboa

PRODUÇÃO EDITORIAL
Gestão Criativa – Soluções de Comunicação Integrada

IMPRESSÃO
Gráfica Coronário

TIRAGEM
1.500 exemplares

SUMÁRIO

04 Carta aos associados
05 Gestão em foco
09 Bastidores da diplomacia
12 Pelo mundo
17 Gênero
20 Temas sociais
22 Matéria de capa
26 Memória
30 Artes plásticas
36 Memória
38 Cultura
40 Crônica
43 Prata da casa
46 Humor

Caros(as) leitores e leitoras,

Foi necessário mais de um século para que os diplomatas criassem seu próprio sindicato para atuar mais eficazmente na defesa de seus interesses junto ao Itamaraty e aos órgãos do poder público. O 18 de dezembro de 2017 tornou-se uma data histórica para a diplomacia brasileira. Nesse dia o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deferiu o registro do Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB Sindical), havendo a decisão sido publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte. Confiram a matéria de capa desta edição.

Em fevereiro do corrente ano, porém, o Sinditamaraty impetrou um mandado de segurança, em trâmite na 22ª Vara do Trabalho de Brasília, tentando contestar o deferimento do registro sindical da ADB pelo MTE. A juíza negou o pedido de liminar solicitada por esta entidade, uma vez que a legislação prevê a hipótese de dissociação entre entidades sindicais segundo a peculiaridade da categoria representada. Outro recurso foi impetrado pelo mesmo sindicato junto ao Tribunal Regional do Trabalho, que também foi negado. A ADB Sindical está acompanhando esse tema e, decorridos os prazos regulamentares, manifestar-se-á a respeito em juízo.

Como se sabe, a ADB Sindical adquiriu personalidade jurídica com o deferimento do registro e passou a ser o legítimo representante dos diplomatas, a única entidade que tem capacidade jurídica para defender e vocalizar os interesses da categoria. O Sinditamaraty deverá necessariamente ajustar seus estatutos às categorias que agora representa. Lembro aos colegas ainda filiados àquele sindicato que deverão se desfiliar, pois não é possível a proteção de uma mesma categoria por duas entidades sindicais simultaneamente. Somente as decisões tomadas pela ADB Sindical terão validade jurídica para os diplomatas. Leiam na seção "Gestão em Foco" para se informarem sobre as atividades empreendidas pela diretoria da ADB Sindical.

Esta edição traz interessantes artigos, entre os quais "A arte da diplomacia", em que colegas da embaixada em Londres nos mostram como, graças à tenacidade do chanceler Oswaldo Aranha e de seus colaboradores junto ao *Foreign Office*, a *Royal Academy* recebeu uma mostra de pintura moderna do Brasil, em plena segunda guerra mundial, por uma única vez em 250 anos. A embaixada está organizando uma exposição reunindo quadros e documentos históricos para este mês de abril com a finalidade de relembrar o impacto dessa modalidade de ação diplomática executada com base na visão da política externa brasileira em meados dos anos 1940.

Em "Bastidores na diplomacia", dá-se destaque à trajetória do embaixador Rubens Antônio Barbosa, certamente um dos diplomatas mais capazes, pragmáticos e tenazes que conheci.

Relembrando os tempos em que servi em Hanói, escrevi uma pequena crônica sobre algumas características que saltam aos olhos dos que visitam a capital vietnamita. São muitos os costumes, lendas, crenças e tradições que ainda sobrevivem e que certamente ocupariam o espaço de várias crônicas.

No "Espaço da família", Thássila Uatanabe, advogada, jovem esposa de diplomata e membro da AFSI, nos traz à reflexão questões importantes para o bem estar do cônjuge do servidor e de seus familiares, tais como educação dos filhos, revalidação de diplomas e acordos bilaterais que regulam o trabalho do cônjuge. E a conselheira Viviane Rios Balbino e a secretária Laura Berdine, na seção "Gênero", explicam as razões que justificam a necessidade de celebrarmos o Dia Internacional da Mulheres.

Na seção "Memória", encontrarão uma homenagem aos embaixadores Jorge d'Escragnolle Taunay e José Oswaldo de Meira Penna, ambos centenários, cujo legado diplomático e literário constitui uma inspiração para as jovens gerações de diplomatas.

Dando continuidade às matérias sobre os serviços diplomáticos, a **Revista da ADB** divulga na seção "Pelo Mundo" entrevista com a presidente da Associação de Diplomatas de Carreira do Chile (ADICA), que discorreu sobre o funcionamento do serviço exterior chileno e a estrutura da carreira diplomática.

Em "Temas Sociais", o diretor geral do Instituto Rio Branco comenta a diversidade do corpo diplomático brasileiro, o perfil dos novos diplomatas e a democratização de acesso à carreira.

Mantêm-se os espaços "Humor" e "Prata da Casa".

Boa Leitura!

Vitoria Alice Cleaver
Presidente da ADB Sindical

Vitória dos diplomatas e dos demais servidores públicos

ADB Divulgação

ADB Divulgação

As ações da ADB Sindical, do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e de partidos políticos garantiram o pagamento dos reajustes salariais negociados pelas carreiras do serviço público com o governo federal, nos termos do Anexo IV da Lei 13.464, de 11 de julho de 2017.

O fechamento da folha de pagamento dos diplomatas e de outras carreiras de Estado com a inclusão dos reajustes salariais em 1º de janeiro de 2018 foi resultado da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu, em dezembro do ano passado, os efeitos da MP 805/2017, com base na ação direta de constitucionalidade (ADI) impetrada pelo PSOL, que requereu a suspensão da medida até a avaliação de mérito pelo STF.

A MP 805/2017 apresentada pelo governo federal em 30 de outubro de 2017 propunha adiar o reajuste salarial conquistado por carreiras do funcionalismo público federal, bem como aumentar a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% para os servidores públicos que têm salário acima de R$ 5,5 mil, isto é, acima do limite máximo estabelecido para os benefícios da previdência social.

Em 13 de novembro de 2017, os(as) associados(as) da ADB que participaram da XXIV Assembleia Extraordinária da ADB (vide fotos à direita), também deliberaram pelo ajuizamento de uma ação judicial contra a MP 805/2017.

ADB Sindical contesta nota do Sinditamaraty

A ADB Sindical repudiou informação divulgada pelo Sinditamaraty em seu *site* e redes sociais, no dia 21 de dezembro de 2017, em que alegava que esta entidade seria a "única e legítima representante dos diplomatas ativos e aposentados" até a conclusão de todos os processos formais para a criação da ADB Sindical.

Em resposta, a nota lançada pela ADB Sindical, em 19/1/2018, considerou que a informação divulgada pelo Sinditamaraty induzia a erro, tendo em vista que, desde o momento da publicação do deferimento do pedido de registro pelo Ministério do Trabalho, o registro sindical da ADB Sindical tinha plena validade e efetividade e já produzia seus efeitos de imediato.

Consequentemente, a ADB Sindical é o legítimo e único representante dos diplomatas ativos e aposentados desde a publicação de seu registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Diário Oficial da União, em 19/12/2017.

A nota explicou, ainda, que, com o deferimento do registro, a ADB Sindical adquiriu, de imediato, personalidade jurídica sindical e foi incluída no Cadastro Nacional das Entidades Sindicais. Cabe, portanto, exclusivamente à ADB Sindical a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais dos(as) diplomatas, inclusive quanto a questões judiciais e administrativas, conforme determinado pelo inciso III, do artigo 8º da Constituição Federal.

Mudanças no estatuto da ADB

Os(as) associados(as) presentes na XXIII Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Diplomatas Brasileiros, realizada em 28 de novembro do ano passado, na Sala Santiago Dantas do Palácio Itamaraty, aprovaram alterações no estatuto da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB). Confiram no quadro abaixo, os artigos que foram modificados.

Texto anterior	Texto atual
Artigo 24 – As eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal, simultâneas, serão realizadas a cada 2 (dois) anos, observadas as normas editadas pela Diretoria Executiva e pela Comissão Eleitoral.	
§ 2º — As eleições ocorrerão no mês de novembro. § 3º — Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, encerrando-se na data da assembleia geral ordinária que elegeu a nova Diretoria e o novo Conselho Fiscal, em novembro, ocasião em que ocorrerá a posse dos eleitos. Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal em curso serão provisória e automaticamente prorrogados até a efetiva posse dos eleitos.	§ 2º — As eleições ocorrerão no mês de agosto. § 3º — Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, encerrando-se em novembro, ocasião em que ocorrerá a posse dos que houverem sido eleitos em agosto.
Artigo 25	
§ 11º — A posse dos eleitos ocorrerá na mesma assembleia geral ordinária em que ocorrer a eleição, nos termos do artigo 24, § 3º, deste estatuto.	§ 11º — A posse dos eleitos ocorrerá no dia posterior ao término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal anterior, nos termos do artigo 24, § 3º, deste estatuto.
Emendas aditivas	
Artigo 33 – Compete especificamente ao presidente:	
VIII – Assinar cheques, ordens de pagamento e quaisquer documentos bancários e títulos de crédito, juntamente com o vice presidente, ou com o diretor financeiro, ou com o diretor administrativo.	
Artigo 34 – Ao vice-presidente incumbe suceder ao presidente, substituí-lo nos seus impedimentos e afastamentos e exercer as atribuições que lhe forem delegadas.	
§ único: Assinar cheques, ordens de pagamento e quaisquer documentos bancários e títulos de crédito, juntamente com o presidente, ou com o diretor financeiro, ou com o diretor administrativo.	
Artigo 35 – Compete ao diretor financeiro, entre outras atividades:	
IV — ...ou com o vice presidente e/ou com o diretor administrativo;	
Artigo 36 – Compete ao diretor administrativo, entre outras atividades:	
V — Assinar cheques, ordens de pagamento e quaisquer documentos bancários e títulos de crédito, juntamente com o presidente, ou com o vice presidente, ou com o diretor financeiro.	

BB Miami recua, após protesto da ADB Sindical

A diretoria da ADB Sindical realizou gestões para barrar a cobrança de taxas do Banco do Brasil (BB), em Miami. A instituição financeira pretendia cobrar dos(as) filiados(as) 50 dólares mensais a título de manutenção de conta, além de 3% sobre os valores sacados em caixas eletrônicos fora dos EUA.

A reação da ADB Sindical se deu por meio de gestões feitas junto ao Departamento do Serviço Exterior (DSE). Em 19 de dezembro, membros da diretoria da ADB reuniram-se com o diretor do DSE, Ministro Alexandre Vidal Porto, para tratar das tarifas do BB em Miami.

Durante o encontro, A ADB Sindical argumentou que a obrigatoriedade de possuir conta no BB Miami para receber salário no exterior não é compatível com a incidência de taxas. A Administração do MRE acatou o pleito do sindicato e intercedeu junto ao banco, que manifestou sua desistência de cobrar as taxas.

ADB Divulgação

Assessoria de imprensa

O Sindicato dos Diplomatas Brasileiros contratou, em março de 2018, os serviços da *In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação*. O papel da nova consultoria será propor e executar estratégias do sindicato para o relacionamento com a mídia e com formadores de opinião. Essas medidas serão implementadas com base em um planejamento de ações que visa ao fortalecimento da imagem da carreira diplomática com a mídia e formadores de opinião.

As iniciativas contribuirão para a ADB Sindical sensibilizar a imprensa e a opinião pública nas questões de interesse da carreira diplomática, promover maior integração com os filiados e ganhar visibilidade na discussão sobre os temas que integram a agenda do sindicato.

Palestra sobre a Funpresp

A ADB Sindical promoveu palestra, no dia 26 de março, no auditório do Instituto Rio Branco, sobre a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

O objetivo do encontro foi fornecer aos(às) filiados(as) do sindicato esclarecimentos acerca do funcionamento desse regime, suas características, bem como sobre a possibilidade e as vantagens/desvantagens de migração para esse sistema.

Carta "ADB Mulheres"

A presidente da ADB e da ADB Sindical, embaixadora Vitoria Alice Cleaver, encaminhou, em 22 de dezembro de 2017, carta à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, manifestando o repúdio contra quaisquer formas de discriminação e de violência contra a mulher.

Confira, a seguir, o teor da carta encaminhada:

"Ao renovar meus mais sinceros agradecimentos pelo canal aberto de interlocução que Vossa Excelência amavelmente nos franqueia junto à Secretaria Geral das Relações Exteriores, venho transmitir-lhe, em nome dos(as) diplomatas brasileiros(as), o sentimento de mais profundo repúdio a quaisquer formas de violência e discriminação contra a mulher.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a diplomacia brasileira esteve historicamente envolvida na defesa dos direitos da mulher. Agimos sempre com a convicção de que a proteção e a ampliação desses direitos refletiam um imperativo constitucional, moral e político da sociedade brasileira: combater a violência contra a mulher e promover a igualdade real de gênero no Brasil e no mundo.

Esse mesmo sentimento esteve recentemente na origem de um movimento reunindo mulheres diplomatas brasileiras na luta contra o assédio e na promoção dos direitos da mulher no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Caso recente de violência contra a mulher envolvendo colega de profissão, que, aliás, não foi ato isolado, causa, assim, não só a mais justificada indignação, como também nos recorda a todos da necessidade do zelo e da fiscalização permanentes pelos órgãos competentes do MRE para que tais práticas inadmissíveis e contrárias ao espírito que nos move na diplomacia não voltem a ocorrer entre nós.

Convencida de que estamos unidos(as) na construção de um Itamaraty onde o gênero e a raça nos fortalecem em torno de um mesmo propósito, servir ao Brasil, peço que aceite, Excelência, os votos de minha mais elevada estima e consideração."

8 de Março: mensagem da ADB Sindical

No Dia Internacional das Mulheres, a ADB Sindical homenageia todas as mulheres, em especial as mulheres diplomatas, e recorda que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido para superar a desigualdade entre homens e mulheres na carreira diplomática.

O 8 de Março é uma data para celebrar a luta histórica das mulheres na conquista de direitos, no combate ao assédio e a quaisquer outras formas de discriminação e de violência. É também uma data para avaliar os desafios a serem superados e as metas que ainda devem ser alcançadas, como a maior representatividade feminina em cargos de comando; a superação de preconceitos; e a passagem do discurso à prática quanto à implementação de medidas que promovam o empoderamento feminino e assegurem a punição adequada em casos de assédio, discriminação e outras formas de violência contra a mulher.

A ADB Sindical recorda que coube à diplomacia brasileira, por meio de Bertha Lutz, atuar com protagonismo na inserção do princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco, em 1945. Esse pioneirismo deve ver-se refletido também no trabalho e no cotidiano do Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio de um engajamento efetivo com ações que promovam maior igualdade de gênero e que demonstrem um compromisso firme e constante de vigilância quanto a posturas de discriminação e de violência contra a mulher, dentro e fora do MRE.

Em um ano em que se completam 100 anos do ingresso da primeira mulher na carreira diplomática e em que a Organização das Nações Unidas anunciou ter alcançado paridade de gênero nos cargos de direção de seu Secretariado, a ADB Sindical manifesta seu firme compromisso com a promoção, proteção e ampliação dos direitos das mulheres, ressaltando também avanços recentes no MRE como a criação do Comitê Gestor de Gênero e Raça, o engajamento do Grupo de Mulheres Diplomatas e a aprovação recorde de mulheres na turma de 2017 do Instituto Rio Branco.

A ADB Sindical defende que a maior diversidade nos quadros da carreira diplomática, em termos de gênero e raça, favorecerá uma maior e melhor representatividade dos anseios da sociedade brasileira na elaboração da política externa, bem como na condução dos trabalhos do MRE. A carreira diplomática deve ser uma expressão real dos valores defendidos pela política externa brasileira. Nesse contexto, a defesa da igualdade de gênero assim como o repúdio e o combate a quaisquer formas de assédio constituem uma agenda fundamental para os trabalhos do sindicato, que atua em defesa da diplomacia e dos(as) diplomatas brasileiros(as).

Servir ao interesse do país: essa é a verdadeira missão do diplomata

A trajetória diplomática do embaixador aposentado Rubens Antonio Barbosa foi tema de uma nova edição dos Encontros IPRI — IRBr / Percursos Diplomáticos. Além do orador principal, o seminário realizado em 20 de outubro do ano passado, no auditório do Instituto Rio Branco, contou com a presença na mesa dos embaixadores José Estanislau do Amaral Neto, Sérgio Eduardo Moreira Lima e do ministro Paulo Roberto de Almeida.

As realizações do embaixador Rubens Barbosa são realmente notáveis. Porém, igualmente notável, no seminário, foi a deferência de diplomatas experientes à personalidade pragmática e ao profissionalismo do homenageado ao longo de sua carreira.

Na abertura do seminário, o embaixador Sérgio Moreira Lima descreveu Barbosa como um empreendedor, um "fazedor", um indivíduo que leva a cabo as missões que lhe são confiadas. Caracterizou-o como alguém que apresenta ideias claras e sabe separar o essencial do acessório. Descreveu-o, ainda, como um estudioso dos temas que trata. O ministro Paulo Roberto de Almeida, por sua vez, expressou admiração pelo perfil determinado e por sua capacidade de execução de projetos.

Percurso diplomático

Durante a palestra, o embaixador Rubens Barbosa fez uma retrospectiva de seus 42 anos de carreira. Ele ingressou no Instituto Rio Branco em 1960. Enquadrado na carreira diplomática como terceiro-secretário em 1962, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais dois anos mais tarde pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo o embaixador, os primeiros anos no Itamaraty ofereceram muitas lições. Foi surpreendido ao ser designado para sua primeira lotação na Divisão de Passaportes, mas enfrentou o desafio e chegou a chefe da divisão. A solicitação de mudança de Posto, no entanto, não avançava. Decidiu, então, aceitar a proposta de Wladimir Murtinho, que buscava jovens diplomatas dispostos a mudar-se para a nova sede do Itamaraty, em Brasília. A decisão rendeu frutos: a transferência fez com que Barbosa fosse lotado no gabinete e ficasse conhecido no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Barbosa serviu em Brasília até 1966. Nesse ano, foi removido para a embaixada do Brasil em Londres. Entre 1969 e 1972, foi cônsul-adjunto no Consulado Geral em Londres, período em que iniciou mestrado na *London School of Economics*. Sua dissertação nunca foi publicada, pois foi convidado a retornar ao Brasil pelo chefe do Departamento de Europa. Barbosa assumiu a chefia na Divisão de Europa Oriental. Entre 1976 e 1983, foi nomeado secretário-execu-

Rodrigo Bertoglio

> Perceber o senso de propósito na carreira, identificar o próximo passo após cumprir uma missão, olhar para frente e virar a página, não ter medo de ficar na sombra: essas são algumas das dicas do embaixador para os(as) jovens diplomatas

tivo da Câmara de Comércio com os Países do Leste Europeu.

Entre 1985 e 1986, foi chefe de gabinete do ministro Olavo Setúbal. Dois anos depois, foi designado para exercer a função de representante permanente do Brasil junto à Aladi, momento em que testemunhou a criação do Mercosul. Nesse contexto, Barbosa foi nomeado subsecretário-geral de Integração, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos.

Posteriormente, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, convidou-o para ser embaixador do Brasil em Londres, posto que ocupou de 1994 a 1999. Após chegar à Presidência da República, Fernando Henrique indicou-o para a embaixada do Brasil em Washington. Em 2003, o embaixador Rubens Barbosa pediu demissão da carreira diplomática (sete anos antes da aposentadoria compulsória) por discordâncias a respeito das relações com Washington. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou sua demissão, mas contratou-o como embaixador político naquele mesmo país. Barbosa deixou o cargo em 2004. "Não me arrependo de nada", disse ele.

Experiência atípica

O embaixador Rubens Barbosa considerou que teve uma carreira "atípica". Não tinha nenhum parente ou conhecido dentro do Itamaraty. E em três ocasiões decidiu trabalhar fora do ministério. Em 1974, chefiou o gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Em 1984, trabalhou no Programa Nacional de Desburocratização, encarregado da modernização da área de comércio exterior. E entre 1987 e 1988, foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Quando questionado sobre se essa experiência havia influído em sua carreira diplomática, o embaixador respondeu afirmativamente. Ressaltou a importância do distanciamento para a identificação de problemas, inclusive de gargalos de gestão. Aduziu, ainda, que as experiências em outros órgãos o aproximaram de autoridades e interlocutores em outros ministérios, ao mesmo tempo em que teria se afastado das divisões sectárias do Itamaraty.

Mensagem aos jovens diplomatas

O que seria do interesse das novas gerações de diplomatas? Essa foi uma das preocupações que orientou o embaixador Rubens Barbosa na preparação do seminário. Ele ensaiou algumas dicas. Destacou a importância do senso de propósito na carreira, lição que teria aprendido com Olavo Setúbal. Aconselhou jovens diplomatas a sempre identificarem o próximo passo ao terminar uma missão. Segundo ele, olhar para frente e "virar a página" seriam uma habilidade fundamental para o bom desempenho profissional.

O embaixador também fez alguns comentários sobre o cotidiano profissional no Itamaraty. Ressaltou que um trabalho bem feito enobrece tanto chefes quanto subordinados. O embaixador comentou que sempre buscou cercar-se dos melhores profissionais para trabalhar, especialmente quando foi chefe de Posto. "Quando os outros brilham, aparece a embaixada. Não há problemas com a sombra", afirmou Barbosa. Recomendou, ainda, fazer *follow-up* após a atribuição de uma tarefa e acompanhar sua implementação. Isso faria "as coisas acontecerem", segundo ele.

Segundo Barbosa, o retorno do crescimento e uma nova presidência recuperariam a centralidade da política externa para o desenvolvimento do país

Vida pós-Itamaraty

"A vida começa aos 65 anos", afirmou em tom de brincadeira. A energia e a vitalidade de Rubens Barbosa após a saída do Itamaraty são realmente admiráveis. Aposentado, o embaixador criou uma consultoria, passou a auxiliar entidades do setor privado, assessorou empresas brasileiras em contenciosos internacionais, manteve vínculos com diplomatas estrangeiros e integrou a diretoria de grandes empresas nacionais. Além disso, manteve o hábito da análise e do registro escrito de suas opiniões em publicações acadêmicas e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, bem como capítulos de revistas e livros.

Ao discutir essas atividades, o embaixador reafirmou sua lealdade ao Itamaraty. Argumentou que a verdadeira missão do diplomata seria servir ao interesse do país, estando ele em atividade ou aposentado. A fidelidade ao MRE se fundamentaria, particularmente, na defesa do interesse nacional e de sua primazia sobre vaidades pessoais e interesses partidários.

Exercício de "futurismo"

O embaixador Rubens Barbosa realizou um exercício de projeção do futuro do Brasil. Argumentou que o retorno do crescimento e uma nova presidência recuperariam a centralidade da política externa para o desenvolvimento do país. Nessa nova conjuntura, a diplomacia não deveria se restringir a uma discussão entre iniciados. O embaixador considerou positiva a tendência de democratização da política externa, no sentido de que o alargamento do debate sobre relações exteriores contribui para maior clareza sobre o interesse nacional.

Barbosa reconheceu que não há uma definição absoluta de interesse nacional. Mas pareceu favorecer a visão de um país mais aberto. De acordo com o embaixador, o Brasil teria assinado três acordos de livre comércio nos últimos 15 anos, enquanto o resto do mundo teria firmado mais de 400. Esses acordos ofereceriam oportunidade de ganhos de tecnologia e produtividade para as economias envolvidas. As negociações Mercosul — UE seriam um passo positivo nesse sentido.

Secretário **Rodrigo Bertoglio Cardoso,** aluno da turma de 2016 do Instituto Rio Branco

Legislação prevê diversos benefícios para diplomatas chilenos

Nesta edição, a **Revista da ADB** entrevistou a presidenta da Associação de Diplomatas de Carreira do Chile (ADICA), secretária Marta Bonet, com a colaboração do conselheiro Rodrigo Arcos e do primeiro secretário Carlos Cristian Oschilewski Lucares, que servem na embaixada do Chile em Brasília.

A presidente da ADICA discorreu sobre o funcionamento do serviço exterior e a estrutura de carreira diplomática no Chile. Ela também esclareceu questões sobre a academia diplomática, o sistema de lotação e remoção nos Postos e as condições para a aposentadoria dos diplomatas, bem como as regras para a concessão de passagens e diárias e os parâmetros para a contratação de funcionários locais.

A diplomata Marta Bonet listou, ainda, os vários benefícios concedidos pelo Ministério das Relações Exteriores aos funcionários lotados no exterior, como auxílio educação, auxílio creche, empréstimos para cobrir despesas com aluguel e educação, concessão de passagens aéreas para diplomatas e familiares, entre outros. Não obstante haver diversos benefícios para os diplomatas, a presidente da ADICA afirmou que não existem no serviço exterior chileno políticas de gênero para reduzir as discrepâncias entre homens e mulheres no acesso a promoção a cargos superiores.

Arquivo Embaixada do Chile

Secretária Marta Bonet, presidenta da Associação de Diplomatas de Carreira do Chile (ADICA)

Quando foi fundado o serviço exterior chileno?

A Lei do Serviço Exterior chileno foi editada em novembro de 1909. A norma específica que rege o serviço exterior chileno está no Decreto com Força de Lei n° 33 de 1979, que fixa o estatuto de pessoal do Ministério de Relações Exteriores.

Qual é a estrutura serviço exterior chileno?

De acordo com o artigo 7° do Decreto 33/79, a organização do serviço exterior divide-se em Quadro A, orçamento em moeda estrangeira, e Quadro B, orçamento em moeda nacional.

O Quadro A reúne as seguintes categorias e níveis: primeira categoria exterior: embaixadores; segunda categoria exterior: ministros conselheiros ou cônsules gerais de 1ª classe; terceira categoria exterior: conselheiros ou cônsules gerais de 2ª classe; quarta categoria exterior: primeiros secretários ou cônsules de 1ª classe; quinta categoria exterior: segundos secretários ou cônsules de 2ª classe; e sexta categoria exterior: terceiros secretários ou cônsules de 3ª classe.

O Quadro B possui as seguintes categorias e níveis: primeira categoria exterior: embaixadores; segunda ca-

tegoria exterior: ministros conselheiros ou cônsules gerais de 1ª classe; terceira categoria exterior: conselheiros ou cônsules gerais de 2ª classe; quarta categoria exterior: primeiros secretários ou cônsules de 1ª classe; quinta categoria exterior: segundos secretários ou cônsules de 2ª classe; sexta categoria exterior: terceiros secretários ou cônsules de 3ª classe; e sétima categoria exterior: terceiros secretários de 2ª classe.

Qual é o número de missões (embaixadas, consulados e missões permanentes) e qual é o número de funcionários no Chile e no exterior?

O Ministério de Relações Exteriores do Chile conta com 71 embaixadas, 45 consulados gerais, oito consulados, 61 seções consulares e nove representações permanentes junto a organismos internacionais. O serviço exterior chileno possui 68 embaixadores; 68 ministros conselheiros, 79 conselheiros; 77 primeiros secretários; 81 segundos secretários; 68 terceiros secretários e 29 terceiros secretários de 2ª classe.

Quais são as principais funções que cumprem os funcionários diplomáticos?

As principais funções cumpridas no exterior são de caráter político, econômico-comercial, consular, cultural e administrativo.

Como é o processo de admissão e o que é estudado na academia diplomática chilena?

O ingresso à Academia Diplomática Andrés Bello (ACADE) dá-se mediante concurso público de provas e de antecedentes. Os postulantes aceitos ingressarão no curso de formação para diplomatas no mês de março do ano seguinte ao concurso. Entre os antecedentes gerais que se requerem dos postulantes estão, entre outros: curriculum vitae e certificado de título profissional universitário ou grau acadêmico de uma carreira relacionada à função diplomática.

São consideradas carreiras afins com a função diplomática: Administração Pública, Antropologia, Ciência Política, Direito, Filosofia, Geografia, e Engenharia Comercial, entre outras. O concurso inclui provas de conhecimentos gerais, prova de idioma inglês, avaliações de perfil psíquico-laboral, provas orais específicas e entrevista pessoal.

Durante o curso de formação na ACADE, os postulantes selecionados são qualificados como "funcionários a serem contratados". Aqueles que forem aprovados no curso de formação, estarão em condições de integrar o serviço exterior chileno. Os antecedentes acima enumerados são imprescindíveis para participar no concurso de admissão de 2017.

Como é o sistema de lotação dos funcionários nos Postos? Há treinamento específico para eles em matéria de idiomas, desastres naturais, terrorismo e contra-inteligência?

A lotação de funcionários do serviço exterior está regulamentada no *Estatuto*

MINREL Chile

de Destinaciones, Adscripciones y Traslados, cujo objetivo é dotar as distintas repartições da Secretaria de Estado, tanto no Chile quanto no exterior, de funcionários diplomáticos aptos a uma determinada função, de acordo com um procedimento objetivo, transparente e conhecido por todos aqueles que dele participem, em conformidade com o disposto no Decreto 33/79.

Os funcionários que estiverem em condições de postular devem fazer chegar, em um prazo previamente estabelecido pela Divisão de Pessoal, seus antecedentes, que devem incluir: experiência no tema; na região; em trabalhos administrativos e outras funções; em atividades consulares; e domínio do idioma local. Neste caso, o postulante deverá mostrar seu domínio do idioma local e apresentar ao *Departamento de Estudios y Planificación* (DEYP) os certificados que comprovem sua experiência.

Para postular os Postos com idiomas locais considerados exóticos, o postulante poderá utilizar o inglês e/ou francês como idiomas alternativos. O postulante deve entregar, ainda, a comprovação de antecedentes acadêmicos que considere pertinentes aos seus pleitos.

Com base nesses antecedentes, a Divisão de Pessoal elabora uma proposta técnica que depois é submetida à *Comisión Consultiva de Asignaciones*, que é integrada por, pelo menos, três funcionários do Ministério de Relações Exteriores designados pelo chefe superior do serviço exterior: um representante dos funcionários do serviço exterior que não participe no respectivo plano de remoções e que se encontre prestando serviços no Chile; um delegado designado pela Associação de Funcionários que conte com a maior representação de funcionários do serviço exterior; e um funcionário da Divisão de Pessoal, que atuará como secretário da comissão.

Como funciona o sistema de lotação de funcionários no Chile?

A Divisão de Pessoal elabora plano de lotações, que deve considerar os perfis de cargo que se encontram publicados na intranet administrativa do ministério. Os funcionários interessados terão um prazo de 10 dias para postular três vagas, em ordem de prioridade. No caso de não postularem, esses funcionários serão lotados diretamente pela *Comisión Consultiva de Asignaciones*. As lotações levam em conta a preferência de local dos funcionários, a adequação ao perfil do cargo e a experiência prévia.

Que benefícios os diplomatas recebem quando estão servindo no exterior?

Os direitos, benefícios e obrigações estão vinculados ao *Plan de destinaciones, adscripciones y traslados* e também estão regulamentados no estatuto de pessoal do Ministério de Relações Exteriores, a exemplo de passagens para o funcionário e para o grupo familiar deste e do auxílio de mudança de casa e efeitos pessoais ou auxílio de frete, que consiste em uma quantia em dólares isenta de prestação de contas.

Viviana Urra / Flickr MINREL Chile

Este valor corresponde ao custo de translado por carga aérea do deslocamento do lugar de origem até o lugar de destino, limitado a 25 m^3 ou seu equivalente em quilos. Seu montante será equivalente ao translado por carga aérea, tarifa IATA, utilizando para tanto os manuais *The air cargo tariff* (TACT). Se o funcionário for casado, tem direito a 50 quilos de excesso de bagagem. Já os solteiros dispõem de 20 quilos de excesso de bagagem.

Há também um auxílio de estabelecimento, que, no caso dos funcionários com família equivale a um mês e meio do salário base em dólares. Quem não possui família recebe um mês do salário base em dólares. Para o retorno ao país por ocasião do término de seu tempo no exterior, o funcionário terá direito a uma dotação por mudança de residência em moeda nacional, que não levará em conta o valor do salário.

Os diplomatas que servem no exterior recebem auxílio educação?

Sim. Recebemos um auxílio-educação, que consiste em uma ajuda de caráter monetário destinado a todos os funcionários em missão com familiares em idade escolar e que estejam cursando estudos regulares, desde o último ano de educação pré-básica (*kindergarten*) até o último ano de educação média (terceiro ano do ensino médio ou equivalente). Os estabelecimentos educacionais precisam ser reconhecidos pelo Estado receptor ou por Estado estrangeiro distinto daquele em que se encontram lotados.

O auxílio educação será igual a 5% do salário base da sexta categoria exterior (20% para os países designados por decreto como de condições difíceis nessa matéria), multiplicado pelo índice de custo de vida do Estado receptor, por cada filho em idade escolar.

Contamos também com um benefício de creche (*sala cuna*), que só pode ser postulado pelas funcionárias lotadas no exterior. O auxílio corresponde a até sete UF mensais e uma matrícula anual equivalente ao mesmo montante, por cada menor de dois anos, desde que tenha sido acreditado como membro da família. Este benefício é regulamentado por circular no ordenamento jurídico chileno.

Há outros benefícios?

Os funcionários lotados no exterior poderão solicitar à Secretaria de Estado empréstimos para cobrir o pagamento antecipado ou para fornecer fiança exigida pelos contratos de locação de moradia, no valor equivalente a uma soma igual ou superior a seis meses de aluguel, ou para custear a matrícula ou o pagamento antecipado de colégios, no montante igual ou superior a seis meses de estudo. A concessão deste benefício pelo Decreto n° 592 de 1996.

Recebemos também passagens para retornos periódicos ao Chile. Trata-se de benefício regulamentado pelo Decreto 33/1979, condicionado às disponibilidades orçamentárias. Neste caso, o Ministério de Relações Exteriores concede passagens por ocasião de feriados legais para os funcionários e suas famílias, que prestem serviços em países com características culturais muito diferentes. Anualmente, é fixada a lista das missões que serão atendidas por este benefício.

Os diplomatas recebem especialização do serviço exterior chileno?

O Ministério de Relações Exteriores oferece periodicamente

> Entre outros benefícios, os(as) diplomatas que servem no exterior recebem auxílio educação; ajuda de custo para creche; empréstimos para fianças; e passagens para retornos periódicos ao Chile

Viviana Urra / Flickr MINREL Chile

O Chile conta com 71 embaixadas, 45 consulados gerais, oito consulados, 61 seções consulares e nove representações junto a organismos internacionais

cursos de aperfeiçoamento presenciais e à distância para os funcionários em diversas matérias (política de vizinhança, segurança, etc.). Existem também cursos especializados para os funcionários que saem para lotação com atribuições em matérias consulares e políticas, dependendo do caráter da missão.

Quais são as condições de passagens e diárias?

As comissões por serviço devem ser previamente autorizadas pelo departamento competente e pelo chefe superior do serviço exterior. Elas estão sujeitas às disposições permanentes da Divisão de Pessoal em matéria de diárias e passagens.

Qual é o papel dos contratados locais e como é calculado o número de vagas para essas funções?

Os funcionários contratados localmente atuam, geralmente, em trabalhos administrativos e em serviços de apoio ao trabalho das embaixadas no exterior. Seu número máximo é estabelecido anualmente de acordo com mudanças que se façam necessárias, por abertura de embaixadas, diminuição de funcionários, etc. Atualmente, podem ser contratar, no máximo, 890 funcionários locais.

Há políticas de gênero para reduzir as discrepâncias entre homens e mulheres no acesso a promoção a cargos superiores?

Não.

Os diplomatas chilenos possuem uma associação ou sindicato?

A *Asociación de Diplomáticos de Carrera de Chile* (ADICA) foi constituída em 15 de março de 1995, em conformidade com o disposto na Lei 19.296 sobre Associações de Funcionários da Administração Pública, de 14 de março de 1994.

Quais são as regras para a aposentadoria de diplomatas chilenos?

No Chile, os funcionários públicos são inamovíveis, razão pela qual não se exige a aposentadoria obrigatória dos funcionários. Não obstante, por meio da Lei 20.734, foram fixadas condições para a bonificação por aposentadoria voluntária para os funcionários que assim desejem proceder.

UN Photo / Rosenberg

Dia Internacional das Mulheres: por que precisamos dele?

O 8 de março foi declarado Dia Internacional das Mulheres pelas Nações Unidas em 1975, por ocasião do Ano Internacional da Mulher. A data foi oficializada pela Unesco em 1977, em memória a 130 operárias mortas em decorrência de um incêndio suspeito, ocorrido durante greve de operárias em uma fábrica em Nova York, em 1911. Ao contrário, portanto, do uso comercial conferido ao 8 de março, em que se estimulam símbolos que remetem a uma suposta fragilidade atribuída ao sexo feminino, a data celebra a luta centenária das mulheres em todo o mundo por direitos e melhores condições de vida.

Há diversas razões que justificam a manutenção da data. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres de todo o mundo (35%) já sofreu violência física e/ou sexual durante a vida. No Brasil, de acordo com estudo publicado pelo Datafolha, em 2017, a situação é alarmante: em 2016, 503 mulheres brasileiras foram vítimas de agressões físicas a cada hora.

Mais de 30 países ainda permitem a realização da mutilação genital feminina. Além das diversas formas de violência a que mulheres e meninas são submetidas diariamente, elas são também desproporcionalmente afetadas por legislações e práticas discriminatórias, sofrem em diversos países restrições no acesso a liberdades civis, no direito a herança e propriedade. Meninas sofrem com o casamento prematuro e forçado.

Bandeira de luta

A lista de razões que torna necessário o 8 de março é extensa, ensejando inclusive que a igualdade de gênero seja bandeira levantada por diversas instâncias, do Secretariado-Geral das Nações Unidas às Comissões Econômicas Regionais, da OIT à FAO, do G20 à OCDE.

Em fevereiro de 2018, o secretário geral das Nações Unidas, António Guterres, fez um anúncio histórico: pela primeira vez, a ONU alcançou a paridade

de gênero nos cargos de direção do secretariado. É inédito também o fato de a organização ter assumido, de maneira transversal, o compromisso de alcançar a paridade de gênero como uma prioridade urgente, não só em termos de direitos humanos, mas também como medida essencial para a eficiência, o impacto e a credibilidade das Nações Unidas.

Estratégia ousada

A Estratégia do Sistema ONU para Paridade de Gênero (*system-wide strategy on gender parity*) foi lançada em setembro de 2017, com o objetivo de alcançar paridade em todos os níveis e, particularmente, nos cargos de subsecretário geral (USG), de assistente do secretário-geral (ASG), relatores especiais e enviados especiais até 2021, e em toda a organização até 2028.

A escolha vocabular – paridade é ousada e coloca as Nações Unidas na vanguarda da defesa dos direitos de todas as mulheres e meninas. Além de garantir a presença numérica das mulheres nos altos cargos de direção da organização, em linha com a estratégia Planeta 50-50 da ONU Mulheres, a iniciativa pretende promover uma mudança da cultura institucional. Trata-se de criar ambiente de trabalho que abrace a igualdade e seja verdadeiramente inclusivo, afinal são os estereótipos de gênero que estão na base da desigualdade, da discriminação e, consequentemente, da violência exercida contra mulheres e meninas.

A estratégia é abrangente e apresenta propostas para alterar o sistema onusiano, tendo como foco principal o aumento no recrutamento e no avanço profissional das mulheres, principalmente nos níveis de gerência até o topo das carreiras, onde as desigualdades são maiores e os tetos de vidro persistem. Estes desafios são reconhecidos pelo SGNU, e entre as iniciativas desenvolvidas para enfrentá-los consta a solicitação de inclusão da igualdade de gênero nas reformas do sistema ONU em debate, a criação de canal confidencial para aconselhamento de vítimas de assédio sexual, e a garantia de informação disponível sobre o que e como fazer em casos de assédio sexual.

O SGNU evidencia a importância do engajamento de homens e meninos na promoção da igualdade de gênero, em linha com a iniciativa *HeforShe* da ONU Mulheres, e mostra que o discurso de que não há mulheres aptas a assumir cargos de liderança não se sustenta. Ademais, a instituição está determinada a prevenir e acabar com os casos de assédio, por reconhecer que essas violações causam danos duradouros às pessoas e à própria instituição. O que se observa nas Nações Unidas é um impulso sem precedentes em benefício de um ambiente de trabalho cada vez mais representativo, tendo como princípio basilar a paridade de gênero.

UN Photo / Devra Berkowitz

Marcha pela igualdade de gênero e pelos direitos da mulher em Nova Iorque, em 2015

Secretário geral da ONU, Antonio Guterres, anunciou, em 2018, paridade de gênero na instituição

Retrocessos no Brasil

A paridade de gênero ainda configura objetivo longínquo no âmbito político e nos cargos de tomada de decisão, sejam públicos ou privados. Em todo o mundo, as mulheres ocupam apenas 23% das vagas nos parlamentos. O Brasil, em particular, vem regredindo na matéria. Em 2017, de acordo com estudo da ONU Mulheres, em parceria com União Interparlamentar (UIP), o país caiu 11 posições no *ranking* da ONU que afere a equidade na política, ficando com a 154ª posição no *ranking* mundial de participação de mulheres nos parlamentos, entre 174 países.

A formulação de regras sociais em conjunto por mulheres e homens favorece a diversidade e a aderência dos grupos representados às premissas acordadas, na medida em que diferentes perspectivas são abrangidas. Essa era uma preocupação das mulheres já no início do século passado.

Na década de 1930, a brasileira Bertha Lutz ousou afirmar que a representação de mulheres era necessária, não só nos parlamentos nacionais, mas também na articulação internacional, mais especificamente na legislação mundial que se desenhava com a criação da Organização das Nações Unidas. Pela força dos movimentos feministas e de mulheres de então, além de seu prestígio pessoal, Bertha Lutz foi designada delegada do Brasil na Conferência de São Francisco, em 1945. A presença e a insistência de Bertha Lutz, bem como de outras poucas, mas notáveis mulheres, levou ao reconhecimento da igualdade entre os gêneros no texto da Carta da ONU.

Bertha Lutz lutou para que a igualdade de gênero constasse na Carta da ONU. Nos dias de hoje, o SGNU luta para que a paridade de gênero saia do discurso e se materialize na prática da organização. Que o 8 de março seja lembrado como um dia de luta, mas também como um dia de praticar o que se prega no discurso em prol da paridade de gênero, para que as lutas de Bertha Lutz e do SGNU não sejam em vão.

Lançamento da iniciativa *HeforShe* em 2015

Conselheira **Viviane Rios Balbino,** chefe da Divisão de Europa Meridional e da União Europeia
Secretária **Laura Berdine Santos Delamonica,** lotada na Divisão de Temas Sociais

Diversidade no corpo diplomático brasileiro: a perspectiva do Instituto Rio Branco

Havendo recebido convite da **Revista da ADB** para escrever artigo sobre a promoção da diversidade nos concursos de admissão à carreira de diplomata (CACD), devo dizer que hesitei um minuto antes de aceitá-lo. A razão dessa hesitação inicial é que o artigo seria publicado na seção "Temas sociais", inaugurada na edição precedente da revista com matéria sobre a escolha do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade. A vertente social é, certamente, uma das dimensões da política de busca da diversidade do corpo diplomático brasileiro. Mas não é a única, nem seja talvez a mais relevante de uma política que tem a ver, antes de tudo e essencialmente, com a gestão estratégica de recursos humanos de uma grande organização pública.

Num país como o nosso, cuja sociedade está longe de constituir, em vários planos, paisagem homogênea, um corpo de funcionários diverso, que reflita, na medida do possível, essa sociedade heterogênea, é um ativo valioso. Desenvolver esse ativo é, assim, objetivo intrinsecamente salutar e positivo, que deve ser perseguido, independentemente de qualquer outra consideração. E convém recordar que a diversidade encerra, entre nós, vários elementos, tais como as questões étnica, regional e de gênero.

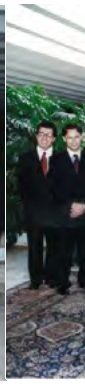
O Instituto Rio Branco (IRBr) completou 70 anos em 2015. Foi criado com a missão de profissionalizar o serviço diplomático brasileiro e suas principais funções são as de recrutar e formar diplomatas. Como se sabe, no IRBr recrutamos apenas os diplomatas; haja vista que outras áreas do Itamaraty organizam concursos públicos para as demais carreiras do serviço exterior brasileiro.

Ser o braço de recrutamento de diplomatas, ir ao mercado de trabalho anualmente para atrair e selecionar jovens de talento, talvez seja a nossa tarefa mais estratégica. Na medida em que o IRBr é a única porta de entrada para a carreira diplomática no Brasil, cabe a ele papel central na promoção da diversidade entre os membros do corpo diplomático.

Perfil dos novos diplomatas

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo em 9 de janeiro último, intitulado *A formação do diplomata no Brasil*, assinalei que, nas últimas décadas, mudou gradualmente o perfil dos diplomatas aprovados no CACD. Eles são hoje oriundos de praticamente todas as regiões do Brasil, e cada vez mais de cidades médias e não apenas dos grandes centros. Os nomes dos que ingressam atualmente refletem a um só tempo a rica diversidade étnica brasileira, com origens em estratos sociais muito diferentes.

Ademais, aumentou gradualmente o percentual de mulheres aprovadas, embora não tenha ainda atingido, em nenhum concurso, metade dos candidatos. A última turma do Rio Branco tem o maior percentual histórico de mulheres, mas não se sabe se essa é



O perfil dos(as) diplomatas aprovados(as) no CACD mudou gradativamente nas últimas décadas

uma tendência que se consolidará ou se trata apenas de um ponto positivo e desejável, mas fora da curva.

De fato, é inegável que se democratizou enormemente o acesso à carreira, sem nenhum prejuízo ao nível de exigência dos profissionais aprovados. Ficou definitivamente para trás o tempo em que contingente considerável dos diplomatas de carreira tinha o mesmo gênero, vinha do mesmo meio social, frequentemente da mesma cidade, dos mesmos bairros dentro da cidade, dos mesmos colégios, das mesmas famílias e torcia para o mesmo time de futebol.

No entanto, é preciso que se tenha sobriedade ao examinar esse quadro. Apenas parcialmente essa alteração no perfil dos candidatos bem-sucedidos no CACD se deve a ações empreendidas pela instituição. É o caso, por exemplo, da realização do concurso nas 26 capitais estaduais e no Distrito Federal (DF), que vem sendo feita há muitos anos e contribuiu em grande parte para dispersar entre várias áreas do país o terreno de recrutamento dos diplomatas.

É o caso, igualmente, do pioneirismo do Itamaraty ao fomentar o ingresso de candidatos negros. Muito antes da Lei no 12990/14, que criou reserva legal de 20% para candidatos negros nos concursos públicos, o Itamaraty já havia estabelecido, em 2002, em parceria com a Fundação Palmares (Ministério da Cultura), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Ministério dos Direitos Humanos) e o CNPq, um programa de ação afirmativa com a finalidade de financiar plano de estudos de candidatos negros ao concurso.

Acesso à diplomacia

A democratização no acesso à carreira obedeceu também a vetores externos ao Itamaraty, relacionados às próprias transformações da sociedade brasileira, tais como a ampla mobilidade social que a caracteriza, a disseminação de cursos universitários de Relações Internacionais nos últimos 20 a 30 anos e a expansão do estudo e ensino de línguas estrangeiras no Brasil, em particular do inglês. Outro fator relevante é a revolução na tecnologia dos meios de comunicação, que contribuiu para acelerar um processo que já estava em andamento e vinha conduzindo o concurso para uma abertura cada vez maior ao conjunto da sociedade brasileira.

Vários candidatos se prepararam hoje por meio de cursos on-line. Isso era impossível há algumas décadas. Eu, que sou paulistano, tive de vir a Brasília, com investimento de recursos não desprezível, no início dos anos 80, para preparar-me em cursinho. Esse deslocamento não seria necessário no presente.

Possivelmente, o CACD é hoje o principal instrumento de promoção da diversidade de que dispõe o Itamaraty na gestão de recursos humanos, na medida em que é o concurso de admissão que poderá garantir ou não, no ponto de partida da carreira, o acesso a candidatos diferentes entre si. É um instrumento de gestão sujeito a aperfeiçoamentos, que se tornarão necessários em função tanto da evolução da sociedade brasileira quanto das políticas públicas adotadas no âmbito da administração pública direta, na qual o CACD se insere.

O que é certo é que o CACD deverá possibilitar que a diversidade da população brasileira esteja cada vez mais bem representada em seu corpo de diplomatas. Esse é um caminho sem volta, para o bem do próprio Itamaraty e daqueles a quem a instituição deve servir.

Embaixador **José Estanislau do Amaral**, diretor-geral do Instituto Rio Branco
As visões expressas neste artigo representam a visão pessoal do autor

IRBr - Divulgação

Novos tempos: aumento do percentual de mulheres; diversidade étnica e social; e emergência de jovens provenientes de cidades medias

Diplomatas criam a ADB Sindical para lutar pelos interesses da categoria

Dezoito de dezembro de 2017: dia histórico para a carreira diplomática. Nesta data o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deferiu o registro do Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB Sindical). No dia seguinte, a decisão do MTE foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Com o deferimento desse registro, a ADB Sindical adquiriu, de imediato, personalidade jurídica sindical e foi incluída no Cadastro Nacional das Entidades Sindicais. O papel do sindicato será atuar na defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais dos diplomatas, inclusive nas questões judiciais e administrativas, conforme o inciso III do artigo 8º da Constituição Federal.

Além de representar os interesses dos(as) diplomatas relativos à atividade ou profissão exercida perante as autoridades administrativas e judiciárias, a ADB Sindical terá a prerrogativa de celebrar contratos coletivos de trabalho e de eleger ou designar os representantes da categoria para exercer funções ligadas aos interesses da entidade. O sindicato também poderá colaborar com órgãos públicos de caráter técnico e consultivo para estudar e solucionar problemas específicos dos(as) diplomatas, bem como impor contribuições em favor dos interesses da carreira diplomática.

Trâmites legais

A criação da entidade sindical se deu em tempo recorde e em conformidade com o disposto na Portaria nº 326/13 do MTE. Os artigos 2º e 3º desta portaria estabelecem todas as etapas que foram cumpridas pela ADB Sindical. Inicialmente, foi publicado edital de convocação dos diplomatas para uma assembleia geral de fundação do sindicato, em todas as unidades da Federação; e, posteriormente, foi realizada a assembleia, que deliberou pela fundação da entidade, aprovou seu estatuto social e elegeu e empossou sua diretoria.

Na sequência, toda a documentação relativa à fundação da ADB Sindical foi registrada em cartório, em Brasília, e o pedido de registro sindical foi protocolado junto ao MTE. Após analisar a documentação apresentada para o registro, o órgão verificou a regularidade da solicitação e a conformidade com os ditames da Portaria nº 326/17.

O MTE também abriu prazo para que outras entidades sindicais apresentassem eventuais pedidos de impugnação do registro de criação do sindicato dos diplomatas. Como não houve manifestação de qualquer sindicato, o órgão deferiu, de forma definitiva, a solicitação de registro da ADB Sindical. O MTE expediu, ainda, a certidão de registro sindical, que foi disponibilizada em 6 de fevereiro de 2018.

Em fevereiro do corrente ano, porém, o Sinditamaraty impetrou um mandado de segurança, em trâmite na 22ª Vara do Trabalho de Brasília, tentando contestar o deferimento do registro da ADB Sindical pelo MTE. A juíza negou o pedido de liminar solicitada por esta entidade, uma vez que a legislação prevê a hipótese de dissociação entre entidades sindicais segundo a peculiaridade da categoria representada. Outro recurso foi impetrado pelo mesmo sindicato junto ao Tribunal Regional do Trabalho, que também foi negado. A ADB Sindical está acompanhando esse tema e, decorridos os prazos regulamentares, manifestar-se-á em juízo.

Atuação ampla

A ADB Sindical poderá, agora, defender os interesses dos diplomatas junto ao Itamaraty e a outras instâncias do Poder Público de modo mais eficaz. Dessa maneira, o sindicato poderá participar, de forma autônoma e sem constrangimentos legais, de negociações salariais junto à Administração do MRE e ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A ADB Sindical também representará os interesses da categoria junto ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral. Essa atuação se dará com base no pressuposto de que a valorização e o fortalecimento da carreira diplomática vão ao encontro dos anseios e das demandas da sociedade brasileira por um país mais justo e desenvolvido.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UMA ASSOCIAÇÃO E UM SINDICATO

Associação	Sindicato
Atua em nome, apenas, de seus/suas associados(as).	Atua em prol de toda a categoria dos(as) diplomatas, independentemente de filiação ou não ao sindicato, sendo este o porta-voz da categoria, representando politicamente todos seus/suas integrantes.
Não pode firmar normas coletivas em favor de seus/suas representados(as).	Possui prerrogativa de firmar normas coletivas em favor da categoria dos(as) diplomatas.
Pode ser substituto processual apenas em favor de seus/suas associados(as).	Pode ser substituto processual em favor de toda a categoria dos diplomatas.
Pessoa jurídica de direito civil, cujas regras atuais decorrem dos artigos 53 a 61 do Código Civil	Também é uma associação profissional, mas com prerrogativas que o diferenciam e que estão indicadas no artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Vismar Ravagnani

Histórico de criação da ADB Sindical

A criação da ADB Sindical foi aprovada na assembleia geral conduzida pela ADB em 27 de janeiro de 2016, quando, após ampla divulgação, diplomatas compareceram ao Auditório Paulo Nogueira Batista para aprovar o estatuto social e eleger a diretoria da nova entidade. A decisão contou com o apoio também de outros(as) diplomatas representados por procurações. Essa data histórica foi divulgada para a categoria na edição nº 92 da **Revista da ADB**.

Os passos seguintes foram o registro do estatuto e da ata da assembleia em cartório e o protocolo da solicitação junto ao Ministério do Trabalho (MTE). Entre maio e junho de 2015, surgiram informações de que representantes do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty) estariam negociando reajuste salarial para recompor as perdas inflacionárias com o MPOG, em nome das três carreiras do Serviço Exterior Brasileiro (diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria).

Havia indícios de que o Sinditamaraty pretendia distribuir a recomposição das perdas inflacionárias de forma desigual entre os três grupos representados (reajuste não linear), com ampla desvantagem para a carreira de diplomatas. Essa percepção foi confirmada na AGE realizada pelo Sinditamaraty em 1º e 2 de julho de 2015.

Golpe contra diplomatas

Inicialmente aberta à participação de todos os servidores do MRE, filiados e não filiados ao sindicato, a reunião havia sido convocada para decidir sobre o reajuste proposto pelo governo federal. Na ocasião, a proposta do MPOG era de reajuste inflacionário de 21,3% para todos, escalonados em quatro anos (2016-2019).

> A ADB Sindical foi criada para defender os interesses e para afastar as ameaças contra a carreira diplomática

Antes da assembleia, teriam sido informalmente aventados reajustes, em quatro anos: 5% para diplomatas; 62,3% para Ofchans; e 56,8% para Achans. Após a apresentação dessa proposta de distribuição, a presidência do Sinditamaraty decidiu, com base em aconselhamento de sua assessoria jurídica, restringir a votação apenas aos servidores sindicalizados, em prejuízo dos diplomatas, carreira minoritária entre os filiados ao sindicato.

Diante das ameaças colocadas, a diretoria da ADB contatou o escritório Torreão Braz para avaliar eventuais cenários para a defesa dos interesses dos diplomatas. Após aconselhamento legal, os(as) associados(as) decidiram buscar a via judicial contra a decisão da assembleia do Sinditamaraty e avaliar a criação de sindicato específico para a carreira de diplomata.

Na sequência, a ADB ajuizou ação perante à Justiça do Trabalho, em 6 de julho de 2015, argumentando que as deliberações do Sinditamaraty lesavam os interesses dos diplomatas, já que a diferença nos percentuais de reajuste da inflação (não linearidade) implicava perdas reais significativas para a categoria. A ADB listou, ainda, irregularidades nos procedimentos do processo decisório do Sinditamaraty.

Decisão judicial

No dia seguinte, a juíza do Trabalho Patrícia Birchal Becattini, que examinou a questão, concedeu liminar declarando nulas as deliberações do Sinditamaraty e impedindo que a entidade propusesse ao MPOG critério assimétrico para recompor as perdas decorrentes da inflação. Becattini considerou que tanto a votação quanto a assembleia estavam "eivadas de nulidade" porque não permitiram participação de toda a categoria e porque houve mudança de regras do pleito no meio da assembleia.

Coexistência da ADB e da ADB Sindical

A ADB e a ADB Sindical possuem uma só diretoria. O propósito de manter as duas entidades com uma mesma diretoria foi ampliar as possibilidades de atuação em prol dos interesses dos diplomatas. Nesse sentido, os(as) associados(as)/filiados(as) poderão se utilizar ora da associação, que, historicamente, já patrocina diversas ações judiciais e continuará executando essa função, ora do sindicato, que poderá efetivamente defender direitos e interesses dos diplomatas tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial, assim como em negociações com outras entidades e órgãos do governo.

Os(as) associados(as) da ADB que não participaram da assembleia de fundação foram automaticamente inscritos como filiados efetivos do ADB Sindical, salvo aqueles que se manifestaram em contrário, por escrito, até 30 dias após o registro em cartório. Os(as) filiados(as) ao sindicato contribuirão com mensalidade de 0,5% do subsídio-base da classe na carreira diplomática, no Brasil ou no exterior. Aqueles(as) diplomatas que, por integrarem o quadro social da ADB, já arcam com esta contribuição foram dispensados(as) do pagamento da mensalidade do ADB Sindical.

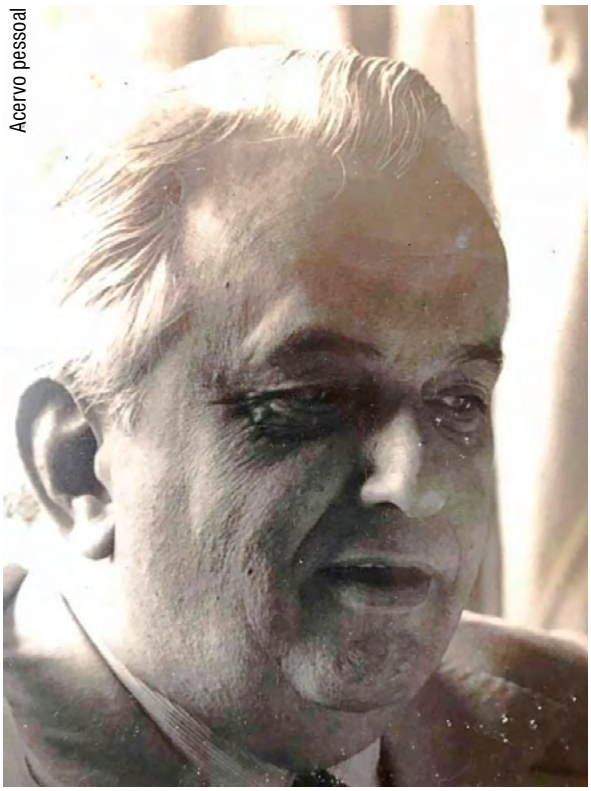
Para efeito de registro no Ministério do Trabalho, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal foram eleitos(as), por unanimidade, para cumprir mandatos no período de janeiro a novembro de 2016. Posteriormente, a duração dos mandatos passou a ser de dois anos, com possibilidade de reeleição. Os(as) diretores(as) e os (as) conselheiros(as) fiscais da ADB e da ADB Sindical não são remunerados(as) pelos seus serviços de representação.

Mobilização dos(as) diplomatas foi decisiva para a criação da ADB Sindical

ADB Divulgação

Jorge d'Escragnolle Taunay: o centenário de um fidalgo

Acervo pessoal



Embaixador Jorge Taunay: décadas de serviços prestados ao Brasil

Nos escritos de seu livro de memórias, que me dou o prazer de revisar, o embaixador Jorge d'Escragnolle Taunay, meu querido e saudoso pai, cujo centenário de nascimento se celebrou no dia 15 de dezembro de 2017, surpreende-nos, desde a primeira página, ao recordar a ligação de seus ascendentes aos fatos da história do Brasil nas últimas cinco gerações: "uma gente de extrema honestidade, orgulho e timidez". Com a natural modéstia que era tão peculiar ao seu espírito amoroso, recorda que: "se alguém quisesse perder tempo e fazer um estudo da psicologia de nossa família veria que para entender os Taunay seria preciso saber de nós, com toda a simplicidade de alma e coração".

Em seus registros, sem vaidade e ostentação, com íntima convicção, o sereno autor revela ter sido educado no entendimento de quem pertencia a uma das mais antigas e tradicionais famílias europeias, digna de ombrear-se, por sua ascendência feudal e qualidades intelectuais, com as mais anciãs casas reais ou imperiais: "desde muito pequeno, garotinho, mesmo, ouvia meu pai contar fatos ligados à história de sua família. Era admirador das virtudes morais de sua gente, orgulhoso de sua ascendência muito antiga. Fomos, eu e meus cinco irmãos, criados nessa admiração".

Nascido no Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1917, e falecido em 3 de novembro de 1996, meu pai era filho do almirante Raul de Taunay, filho por sua vez do Visconde de Taunay, e de Maria Antonieta de Castro Cerqueira, filha do então chanceler e ministro da Defesa, Dionísio de Castro Cerqueira. Era também bisneto de Felix Emílio Taunay, preceptor de Dom Pedro II e diretor da Academia de Belas Artes, e tataraneto do artista francês Nicolau Antônio Taunay, vencedor do cobiçado Prêmio de Roma e membro da Missão Artística Francesa de 1816. Pelo lado de sua avó, Cristina Teixeira Leite, filha dos barões de Vassouras, descendia meu pai de uma velha família bandeirante, ligada aos primeiros colonizadores do Brasil, segundo a Ascendência Paulista e Vicentina do Barão e da Baronesa de Vassouras.

Trajetória diplomática

Resumindo sua retrospectiva, ingressou meu pai na carreira diplomática, em 1945, como chefe do Arquivo Histórico e viu-se logo ascendido a oficial de gabinete em 1946 e em 1953. Chefiou áreas relevantes da administração, do cultural, da imigração e do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Presidência da República (PR), onde se destacou durante anos como chefe do Cerimonial do então presidente Emílio Garrastazu Médici.

Acervo pessoal

Serviu nos Estados Unidos, França, Dinamarca, México, Argentina, Uruguai, Espanha, África do Sul, Líbano, Panamá e Índia, e participou de comissões de acordos bilaterais diversos nas áreas de aplicação de tratados e revisão de regulamentos, integrando grupos de trabalho e representando o país em reuniões regionais e globais.

Membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sócio-correspondente de vários institutos internacionais, entre os quais o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, meu pai recebeu, ao longo da carreira, a Ordem do Mérito Naval (Grande Oficial), a Ordem do Rio Branco (Grã-Cruz), a Ordem do Mérito Aeronáutico (Comendador), a Ordem do Judiciário do Trabalho (Grande Oficial), e tantas outras que não consigo neste momento recordar e que, de todas as formas, não caberiam em seu peito grande e abundante, tomado pelos ideais de servir ao Brasil da forma que fosse, utilizando os conhecimentos que tinha, os talentos que herdara e a fineza de caráter que lhe era peculiar.

Cardápio humanista

Ao examinar seus escritos, deparamo-nos com análises férteis e sugestivas cobrindo as frentes em que atuou, desde os tempos de infância no Jardim Botânico, juventude na faculdade, primeiro emprego, até as missões diplomáticas que desempenhou, registrando debates, questões brasileiras e internacionais, temas envolvendo dívida externa, juros, petrodólares, guerras, mudanças mundiais, globalização, papel e destino da Nação brasileira, partilhando, assim, um saboroso cardápio técnico e humanista de sabor inconfundível.

Homem de rica têmpera, Jorge d'Escragnolle Taunay foi antes de tudo um pai próximo e carinhoso, extrema-

> A trajetória do embaixador Jorge Taunay no Itamaraty sempre foi pautada pelos ideais de servir ao Brasil com seus conhecimentos, talentos e fineza de caráter

Acervo pessoal

mente atento ao bem-estar e felicidade dos filhos, razão pela qual me é difícil homenageá-lo sem recordar esse lado patriarcal bondoso que nele explodia por todos os poros, demonstrando, por outro lado, que naqueles tempos sem internet, ele era a nossa grande fonte de inspiração e divertimento.

Delicioso contador de histórias, reunia, sempre que possível, a prole em torno a ele para nos cativar com suas narrativas, invenções e casos, envolvendo-nos com o lastro de sua imaginação arroubada à medida que a invulgar memória que tinha nos sujeitava aos tempos de sua infância e mocidade, com reflexões pessoais e profissionais que lhe passeavam descompromissadamente pela fértil criatividade, sem qualquer intenção que a de mostrar a natureza sincera que tinha, os sentimentos nobres, os fatos das gentes que conhecia.

Paixão pelas histórias

A família não decidiu ainda o destino dos escritos de meu pai, cujo teor transpira amplidão numa primorosa conjunção de erudição com duas nobres artes que dominava: a de contar histórias e a de saber escrevê-las. No fundo, seus alfarrábios mostram o quanto se sentia completo e satisfeito por ter gerado sete filhos, ter plantado amigos e árvores pelo mundo afora, e por ter registrado tudo o que escreveu. Infelizmente, entretanto, no meu juízo, escreveu pouco.

Poderia ter escrito muito mais para ventura dos amantes da literatura, porém não o fez, talvez por excesso de modéstia, que deixa logo escapar nas primeiras páginas de sua lavra como se estivesse justificando-se por "escrever um livro num mundo de prateleiras ricas em obras importantes sobre os diferentes campos da inteligência humana".

Confiava, contudo, com seu testemunho, estar oferecendo um depoimento enriquecedor sobre pessoas e fatos ligados ao Itamaraty, ao Brasil e ao mundo, de modo a engrandecer o estudo da personalidade de homens públicos brasileiros e estrangeiros. Trouxe, também, o seu aporte pessoal para o reconhecimento verdadeiro de diferentes funcionários que, no anonimato profissional, prestaram bons e leais serviços ao Brasil.

Servidor da nação

Ao homenagear o centenário de nascimento deste homem a quem devo tanto, com ênfase consigno sua nobreza de intenções, a caridade do seu gesto sempre generoso para com os outros, a amabilidade das palavras que proferia mesmo quando contrariado por algo, a prosa espirituosa inconfundível que brotava de seus lábios, as virtudes de seu caráter. A forma sincera como narrou, por exemplo, suas conversas, quando jovem, com o então chanceler Oswaldo Aranha, e os fatos que anteciparam a sua entrada no Itamaraty, ficam como um apelo de consciência para os homens laboriosos e probos que defendem e defenderão os interesses brasileiros no presente e no futuro.

Com seu encanto pessoal, foi meu pai não apenas um profissional sólido e confiável, mas um homem que soube preservar seu lado amoroso, um chefe que gostava de conversar com seus subordinados, um pai que apreciava cozinhar para os filhos, levá-los ao futebol e exibir sua estrondosa capacidade de compreender o mundo e suas complexidades. Ao lado de minha mãe, Mary

Acervo pessoal

Elisabeth, também professora graduada, carregou pelos quatro cantos do mundo sua numerosa prole (Jorge, Raul, Maria do Rosário, Pedro Paulo, Pedro Henrique, Ricardo e Laura).

Destes, três tornaram-se diplomatas, influenciados por seu inquebrantável compromisso de servir a nação brasileira por todos os meios e com todas as forças, como no caso em que manteve aberta a embaixada do Brasil em Beirute, onde permaneceu por três longos anos durante a mais violenta guerra. Por diversas vezes o Itamaraty consultou-o se era o caso de fechar a embaixada, e a sua resposta foi sempre a mesma: sem a embaixada, como ficarão as comunidades brasileiras neste país? Desamparadas? Jamais fechou a embaixada, mesmo sozinho no Posto, sem família ou assessores, assim como jamais fechou seu coração para as necessidades alheias.

Legado inspirador

Por essas e outras razões, desejamos que o centenário de seu nascimento seja recordado na Casa de Rio Branco e que seu legado diplomático e sua nobreza de intenções possam inspirar e fortalecer os diplomatas, que hoje têm a imensa responsabilidade de levar adiante o Itamaraty e auxiliá-lo a tomar as decisões difíceis exigidas constantemente pela dinâmica da política exterior. Sempre acreditou que o MRE tem história e que os diplomatas brasileiros estão entre os melhores do mundo.

Jorge d'Escragnolle Taunay morreu dormindo em seu apartamento na Rua Domingos Ferreira, em Copacabana, no Rio de Janeiro, depois de ter vivido uma vida plena e sem mágoas. Dizem que seu rosto sem vida resplandecia com um belo sorriso.

Feliz 100 anos, senhor embaixador, senhor meu pai. De onde estiveres, em companhia de nossa mãe e de nossos dois irmãos que já se foram, saiba que os que aqui permanecem são reconhecidos por fazer parte de sua prole e empenham-se, com gratidão, para preservar o legado que nos juntou por meio, também, da revisão desses escritos que recompensarão a todos amigos, colegas, parentes e interessados com uma biografia digna da multifária atividade que tivestes em vida. De nosso morno purgatório terrestre te saudamos unidos em saudade.

Raul de Taunay, embaixador em Brazzaville e Bangui

A arte da diplomacia

A diplomacia brasileira, em plena Segunda Guerra, lançou mão de incomum e audaciosa iniciativa de diplomacia pública *avant La lettre* que se provou extremamente bem-sucedida. Graças à sagacidade e à tenacidade do chanceler Oswaldo Aranha (1894-1960) e de seus colaboradores, cerca de 100 mil britânicos em sete cidades, entre os quais a Rainha-mãe (1900-2002), apreciaram a pintura modernista brasileira. Mais de 40 matérias, em geral muito positivas, trataram da nossa arte em jornais do Reino Unido; aproximadamente 80 obras foram vendidas em favor do esforço de guerra dos aliados; e 25 quadros tornaram-se as primeiras telas brasileiras em coleções de importantes museus, inclusive da Tate.

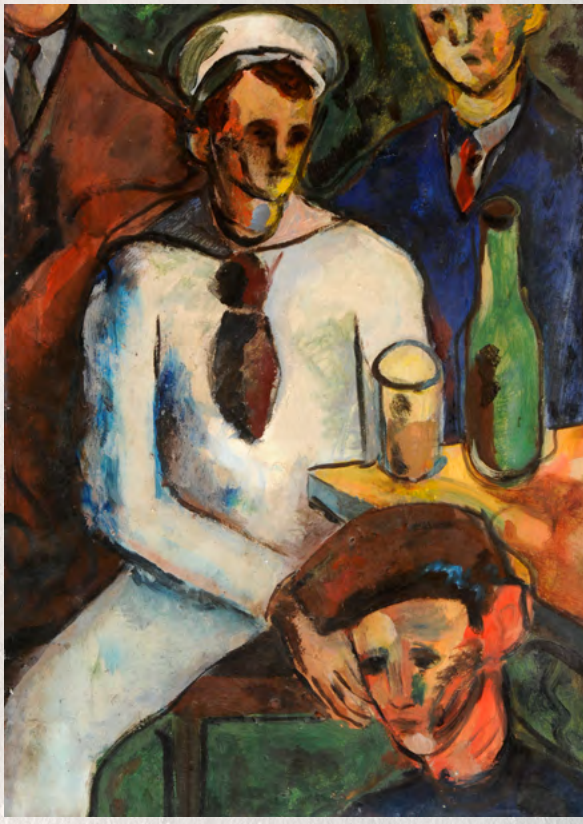
Estes quadros e farta documentação histórica estão sendo reunidos na embaixada do Brasil em Londres, neste mês de abril, com o objetivo de revisitar os impactos da arrojada iniciativa do Itamaraty e, sobretudo, para celebrar a força dessa modalidade de ação diplomática, planejada e executada segundo visão ampla da política externa brasileira em meados dos anos 1940.

Quando os avanços nazifascistas tornaram impraticável a "equidistância pragmática" dos primeiros anos de sua gestão, Aranha se tornou líder da ala liberal democrática que lutava, no Itamaraty, no governo e na sociedade em geral, pela resoluta atuação brasileira ao lado dos aliados (1). Uma vez evidente a privilegiada posição estratégica – tanto do ponto de vista geopolítico quanto econômico – que o Brasil havia adquirido no contexto de guerra, o estabelecimento de uma relação especial com os Estados Unidos e o reposicionamento do país no sistema e no imaginário internacionais afiguraram como determinantes para se lograrem a liderança regional, o reequipamento das Forças Armadas e a modernização da economia brasileira perseguidos durante a presidência de Getúlio Vargas (1882-1954).

Programa de cooperação

Dirimidas desconfianças mútuas geradas, entre outros fatores, pela simpatia de setores castrenses e do governo brasileiro pelo regime nazista, Brasil e Estados Unidos desenvolveram abrangente programa de cooperação, que incluía, além das áreas tradicionais, intensa agenda de intercâmbio cultural por meio do OCIAA de Nelson Rockfeller (1908-1979). Realizaram-se as conhecidas missões de Orson Welles (1915-1985) e Walt Disney (1901-1966) ao Brasil, e Carmem Miranda (1909-1955) e Candido Portinari (1903-1962) se tornaram populares entre os norte-americanos (2).

O pavilhão brasileiro projetado por Lucio Costa (1902-1998) e Oscar Niemeyer (1907-2012) para a Feira



Sailor — **Oscar Meira**

Mundial de Nova York em 1939 e a mostra *Brazil builds* sobre arquitetura exibida no MoMA de Nova York, em 1943, com apoio governamental, pavimentaram a imagem de um Brasil em ascensão nos Estados Unidos.

A relação com os antigos aliados britânicos, por outro lado, experimentou momentos difíceis naqueles anos de guerra. As comunicações da embaixada brasileira em Londres foram interceptadas pela inteligência local; carregamento de armas alemães compradas pelo Brasil antes da eclosão da guerra foi apreendido pela armada britânica;

o primeiro-ministro Winston Churchill (1874-1965) se opôs ao envio de tropas brasileiras para o teatro europeu (3). Os Estados Unidos, embora, tampouco, fossem inicialmente simpáticos à formação da FEB, acabaram por servir de garantes dos interesses brasileiros em todos esses episódios, deixando claro que o Brasil e a América do Sul como um todo haviam-se tornado sua área de influência.

Aliança Brasil x EUA

Com a entrada definitiva do país no conflito, a relação britânico-brasileira não só retomou normalidade, mas ambos os países acabaram por revalorizar a importância um do outro no cenário pós-guerra, que já pendia em favor de uma vitória aliada. Aranha, em que pese seu conhecido americanismo, passou a identificar dependência excessiva do Brasil em relação aos Estados Unidos; os britânicos, de sua parte, percebiam no país mercado importante para a retomada econômica.

A partir dessa leitura do contexto internacional, Aranha preparou lista de 11 prioridades da diplomacia brasileira para subsidiar o encontro secreto entre Getúlio Vargas e seu contraparte Frank Delano Roosevelt (1882-1945), em Natal, em janeiro de 1943, quando este retornava da Conferência de Casablanca (4). O primeiro objetivo do país, segundo a lista, era elevar sua posição na política mundial. Na visão de Aranha, o Brasil estava destinado a assumir papel de relevo global e, para tanto, deveria ser conhecido e admirado por seu poderio e por sua cultura.

Com esse pano de fundo, o chanceler anunciou para a imprensa, em fins de 1943, a oferta dos pintores modernistas que contribuíam "com as suas obras da beleza, ao esforço de todos os homens que defendem o bem contra o mal, nesta guerra em que se joga tudo, inclusive a liberdade de criação artística" (5). A iniciativa inseria-se, segundo o historiador da arte Pedro Corrêa do Lago, em "projeto mais amplo de Aranha de divulgação do melhor da cultura brasileira no exterior" (4 p. 264).

Em particular, era desejo dos artistas – entre os quais estavam Tarsila do Amaral (1886-1973), Roberto Burle Marx (1909-1994), Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976), Cícero Dias (1907-2003), Candido Portinari, Lasar Segall (1891-1957) e Alfredo Volpi (1896-1988) – presentear a *Royal Air Force*, que incorporava, ao olhar dos liberais brasileiros, os valores aos quais o país deveria associar-se naquele momento.

O embaixador do Reino Unido no Brasil, Sir Noel Charles (1891-1975), informou ao secretário do Exterior – e futuro primeiro ministro – Sir Anthony Eden (1897-1977) ter tomado conhecimento da iniciativa pelos jornais ("*all arrangements were made by the artists and the ministry of Foreign Affairs without my being informed*" (6) e recomendou que se "*extract the maximum publicity from the gift…[as] our Brazilian friends are very susceptible to flattery and are correspondingly liable to be disproportionately put-out if they think that a generous gesture on their part is not receiving proper appreciation*"(7).

Fardo modernista?

Coube aos britânicos do *British Council* e do *Foreign Office* o trabalho de transportar a doação, cruzando um Oceano Atlântico infestado de submarinos nazistas, e de organizar, em tem-

Still with a lamp — **Lucy Citti Ferreira**

po recorde, a mostra de 168 obras de arte ofertadas por 70 pintores brasileiros. O presente foi visto como um fardo para muitos dos burocratas envolvidos. O diretor de América do Sul da chancelaria britânica, Victor Perwone (1897-1951), anotou esperar que as telas fossem "*horrible to judge by the reproductions I have seen recently of modern Brazilian painters [and the exhibition] may lead to all sorts of awkwardness unless we are prepared. Don't imagine also who will want to buy the things as we may have to inspire some (possibly anonymous) benefactors*" (8). Ele considerava, entretanto, que "*our interest in this matter is a political, not an artistic, one*" (9) e esforçou-se para encontrar um museu que abrigasse a exposição e um crítico que escrevesse o catálogo.

The half-wit boba — **Candido Portinari**

As principais galerias londrinas declinaram o convite para hospedar a *Exhibition of modern brazilian paintings*, alegando estarem devastadas pelos bombardeios das poderosas bombas V2, derradeira ofensiva dos nazistas. Foi necessária uma missiva pessoal do secretário do Exterior para o presidente da *Royal Academy*, Sir Alfred Munnings (1878-1959) – um pintor de pôneis avesso a quaisquer 'ismos' e que se tornaria famoso por ser gravado em rede nacional dizendo querer chutar o traseiro de Picasso (1881-1973) (10) –, para que a mais antiga e tradicional das instituições artísticas britânicas recebesse, pela única vez na sua história de 250 anos, uma exposição de arte brasileira.

Desconhecimento e preconceito

Apenas 42 dias antes da abertura da mostra, Munnings acudiu o pedido de Eden, para alívio de Perowne, que àquela altura já lamentava o fato de que "*much ingenuity have been spent… in trying to find a suitable venue for the exhibition of these pictures, but without success up to date. The pictures have now reached this country, and it is urgent to do something about getting them accepted if we are not to disappoint our friends in Brazil*" (9).

Para escrever o prefácio do catálogo, Perowne recorreu à figura não menos conservadora do escritor Sacheverell Sitwell (1897-1988), especialista em arquitetura barroca e um dos três irmãos Sitwell, conhecidos por serem intelectuais aristocráticos e excêntricos. "Sachie", como ele chamava seu colega de escola e companheiro de clube, pouco sabia sobre o Brasil e sua arte. Havia citado o país no poema Rio Grande (11), que escrevera 20 anos antes, e assinado em 1943 artigo sobre a nova arquitetura brasileira para a prestigiosa Architectural Review, em que afirmava tratar-se da "*Best architecture, there can be no question, in the modern world*" (12).

O resultado foi um texto pouco informado e muito preconceituoso, que julgava serem os artistas brasileiros jovens miseráveis que precisavam receber orientação de um *chef d'école* de Paris ou Londres (13). Afirmou ainda, de maneira abertamente racista, que Segall possuía "*the undoubted talent manifested in this race of minor painters, whether it be Kandinsky, Chagall or Mark Gertler*" (13). Suas palavras acabaram influenciando boa parte da imprensa britânica, que "notou', a seu reboque, a inesperada e exagerada ascendência europeia sobre a arte do Brasil e que destacou, como o crítico inglês, a qualidade das 162 fotografias de arquitetura brasileira que haviam sido trazidas do MoMA de Nova York, por iniciativa dos diplomatas lotados na embaixada em Londres, para secundar a exposição de pintura.

Não obstante a relutância de Sitwell, a cobertura da imprensa britânica e a reação do público foram amplamente favoráveis à arte e ao gesto brasileiros, desde a abertura da exposição em 22 de novembro de 1944. Da lista de convidados para a cerimônia, constavam nomes ilustres, como T. S. Eliott (1888-1965), John Nash (1893-1977), Paul Nash (1889-1946), H. G. Wells (1886-1946) e o diplomata ganhador do prêmio Nobel da Paz, Lorde Cecil (1864-1958).

Fish — **Thea Haberfeld**

Sucesso de público e crítica

Mesmo sob constante ameaça de bombardeios, 320 pessoas influentes da sociedade britânica estiveram na *Royal Academy*, cujo jardim estava enfeitado com duas bandeiras brasileiras ladeando a britânica, crisântemos e pôsteres emoldurados em verde-e-amarelo (14). Entre os não convidados, estava o Encarregado de Negócios peruano, que, de acordo com relato pitoresco de diplomatas britânicos, havia "*blatantly gatecrashed the private view and was seen proceeding round the exhibition with a scowl of envy on his face; however, he justified his presence by buying two pictures, one of them by a Peruvian artist, which he said was the best picture in the show*" (14).

Outras 2.600 pessoas, entre as quais a Rainha-mãe, a Princesa Margaret (1930-2002) e a Duquesa de Kent (1906-1968), visitaram a *Royal Academy* para ver a exposição, que depois seguiria para Bath, Bristol, Edimburgo, Glasgow, Norwich, Reading e Londres novamente, onde foi exposta na Whitechapel, galeria do leste da cidade com perfil mais popular e vanguardista. Em seguida, parte da mostra seria enviada para Amsterdã e Paris, onde integrariam a *Exposition internationale d'artmoderne*, em 1946, na Unesco.

Nesse meio-tempo, Aranha se havia demitido, antes de ver a exposição e a FEB, duas iniciativas de que foi artífice, desembarcarem na Europa. Os diplomatas brasileiros lotados na embaixada em Londres, vários deles especialistas em artes, iriam acompanhar e reportar os sucessos da exposição. O Encarregado de Negócios, Sousa-Leão (1891-1967), reputou-a "iniciativa sem precedentes" (15) em telegrama para a Secretaria de Estado. O embaixador Moniz de Aragão (1887-1974), que só visitaria a mostra em meados de 1945 em Bristol, quando regressou de temporada no Brasil, chamou-a "acontecimento de alto sentido cultural e uma magnífica propaganda do Brasil" (16).

Brasil em fotos

O secretário e colecionador de arte Josias Leão adquiriu o guache *Figures*, de Augusto Rodrigues (1913-1993), e o secretário Hugo Gouthier (1910-1992) pagou 180 libras esterlinas pela tela Grupo, de Portinari, "por achar o quadro admirável e também para evitar que qualquer pessoa o comprasse, deixando-o segregado num quarto de apartamento", como ele escreveria ao pintor (17). O secretário (e dramaturgo) Paschoal Carlos Magno foi quem sugeriu a inclusão das fotografias da *Brazil builds* na exposição, com a clara intenção de projetar certa imagem de um Brasil que se modernizava. Ele havia enviado para o Itamaraty, em 1936, extenso e pioneiro relatório sobre a difusão da cultura brasileira entre os britânicos.

Segundo Magno, havia "uma noção limitada do Brasil e esta, na maioria dos casos, deturpando-o ou apresentando-o como um quase-continente, povoado de selvagens e animais ferozes, abalado por guerras intestinas e comandado por

> A exposição em Londres teve repercussão positiva na imprensa, recebeu um número elevado de visitantes e gerou receitas expressivas com a venda das obras de arte

caudilhos" (18). O país era "ainda um motivo novo, uma exploração em palavras para esses viajantes que descobrem, periodicamente, o Amazonas, nossas minas de ouro, nossas florestas, nossas feras e outras coisas sensacionais" (18).

Com efeito, era praticamente nulo o conhecimento sobre a produção cultural brasileira no Reino Unido do início dos anos 1940. Em uma das raras publicações que abordaram o tema, uma edição especial da revista *The studio* de 1943, Antonio Callado, então funcionário do *BBC World Service*, afirmava que mesmo os britânicos que conhecem bem o país, "*if they think abstractly about it will say: 'Brazil – butterflies'*" (19).

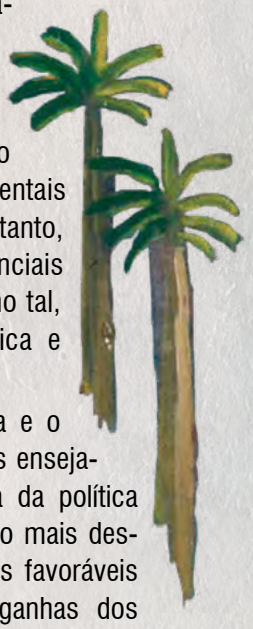
Repercussão na imprensa

Tendo em vista a lacuna em forma de Brasil no imaginário britânico até então, soam ainda mais impactantes manchetes como a do *Daily Telegraph*, de 23 de novembro de 1944, segundo a qual "*a cursory preview of the exhibition of brazilian paintings at Burlington House is sufficient to impress one with the modernity of brazilian artists*" (20). Abundavam, ademais, referências superlativas à arquitetura moderna brasileira, já reconhecida nos Estados Unidos e agora revelada também aos britânicos.

Como se vê, para além dos excelentes resultados mensuráveis da mostra, como o número de visitantes, a receita da venda das obras, os quadros encaminhados para galerias públicas e a quantidade de matérias de jornal, houve relevante impacto subjetivo nas percepções dos britânicos acerca do país, inclusive entre pessoas proeminentes dos círculos artístico, jornalístico e político.

Sabe-se que o Brasil foi um pioneiro da difusão cultural e que criou seu Serviço de Expansão Intelectual em 1934, mesmo ano em que o *British Council* foi fundado e quando pouquíssimos países contavam com estruturas análogas (21). Como demonstrado pelo embaixador Edgar Telles Ribeiro, já nos anos 1940 a diplomacia cultural brasileira era citada entre as mais ativas do mundo (22).

A efetividade da *Exhibition of modern brazilian paintings* sobressai por sua ambição e impacto mas, sobretudo, por sua inserção na grande estratégia de política exterior da época. O Brasil, em um momento em que gozava de singular centralidade no concerto internacional em razão da Segunda Guerra, postulava o ingresso no seleto clube das potências ocidentais democráticas e, para tanto, buscou apresentar credenciais que o qualificassem como tal, militar, política, econômica e culturalmente.



A renúncia de Aranha e o fim do governo de Vargas ensejariam guinada substantiva da política externa brasileira, que não mais desfrutava das circunstâncias favoráveis e da margem para barganhas dos tempos de guerra. O Brasil não obteria o desejado assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas nem assumiria o protagonismo que vislumbrava na construção da ordem do pós-guerra. Somente em 1984, outra exposição de arte brasileira de grande porte seria realizada

em Londres, *Portraits of a country*, no Barbican. Em seu catálogo, alude-se (não sem razão) ao fato de a mostra constituir o primeiro contato do público britânico com a arte do Brasil (23), exatamente como acontecera 40 anos antes, evidenciando os riscos da descontinuidade na promoção cultural.

Homenagem

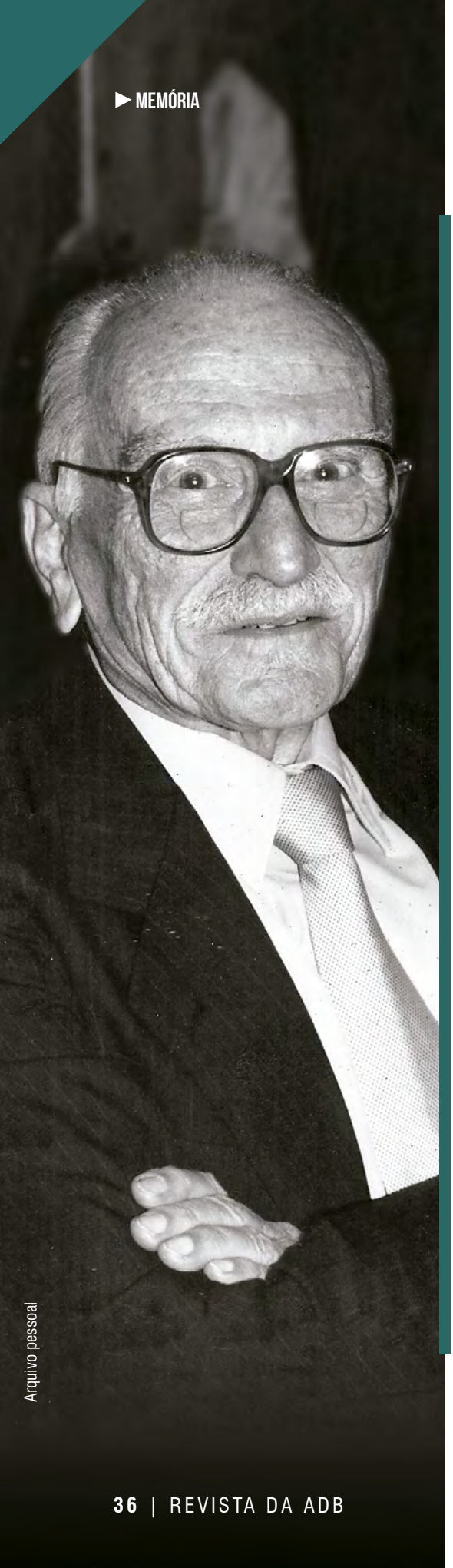
A exposição *The art of diplomacy – Brazilian modernism painted* for war, que estará aberta ao público na Sala Brasil da embaixada em Londres entre 6 de abril e 22 de junho de 2018, não pretende remontar a mostra de 1944, mas antes prestar homenagem por meio do legado encontrado em arquivos mundo afora e em acervos de museus aos artistas e diplomatas responsáveis por aquela precoce e ambiciosa ação de diplomacia pública.

Ao deparar-nos com enormes adversidades para organizar a exposição comemorativa em 2018, em tempos de paz e quando a arte brasileira alcançou vultoso prestígio internacional, é impossível não admirar-se com a obstinação dos idealizadores da mostra de 1944. E pensar no êxito daquela empreitada inspira-nos a trabalhar para recordar os brasileiros e os britânicos e a comunidade democrática internacional de que nossos países, desde tempos sombrios, lutam lado a lado de armas e pincéis em punho, em nome de valores compartilhados. Hoje, em tempos de rearranjos sistêmicos na ordem internacional, é oportuno reafirmar a capacidade brasileira de inspirar e aportar ideias próprias, geradas por uma sociedade com vocação para a paz, e de apostar na arte da diplomacia como alicerce das relações britânico-brasileiras que se renovam.

REFERÊNCIAS

1. Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
2. _____. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
3. Lochery, Neill. *Brazil: the fortunes of war*. New York: Basic Books, 2014.
4. Lago, Pedro Correa do. *Oswaldo Aranha: uma fotobiografia*. Rio de Janeiro: Capivara, 2017.
5. Diário Carioca. 12/11/1943.
6. TNA/FO. Charles - Eden. 12 20, 1943.
7. Charles - Nigel. 1 26, 1944.
8. Annotations by Perowne. 9 December 1943.
9. Perowne. Minute. 11 17, 1944.
10. Hutchison, Sidney C. *The history of the Royal Academy 1768-1986*. London: Robert Royce, 1968, 1986.
11. Sitwell, Sacheverell. *The thirteenth Caesar, and other Poems*. London: Grant Richards, 1924.
12. The brazilian style. *Architectural Review*. 01/6/1944.
13. RAA. *Catalogue of the exhibition of brazilian modern painting*. London: British Council, 1944.
14. TNAA/FO. Perowne - Gainer. 29 november 1944.
15. Itamaraty. Sousa Leão - Leão Velloso. 30 november 1944.
16. Moniz de Aragão - Aranha. 30 april 1945.
17. TNA/FO. Gouthier - Portinari. 11 24, 1944.
18. Itamaraty. Embaixada em Londres - SERE. 1936.
19. Callado, A C. Brazilian sculpture. The studio. 10 1943, p. 133.
20. Daily Telegraph. 23 november, 1944.
21. Dumont, Juliette and Fléchet, Anais. *Pelo que é nosso!: a diplomacia cultural brasileira no século XX*. Revista Brasileira de História. 2014, Vol. 34, 67.
22. Ribeiro, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Funag, 2011.
23. Pontual, Roberto. *Portraits of a country*. Londres : Barbican, 1984.
24. A exposição de arte moderna brasileira em Londres. Diário Carioca. 1 october, 10 1, 1943, p. 5.
25. TNA/FO. Annotations by Perowne. London: s.n., 9 december 1943.

Eduardo dos Santos, embaixador do Brasil no Reino Unido e na Irlanda do Norte
PS **Hayle Gadelha,** chefe do Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Londres



Arquivo pessoal

José Osvaldo de Meira Penna: um intelectual brasileiro

Qualquer que seja a qualificação que se lhe atribua – liberal, conservador, direitista –, Meira Penna foi um dos grandes intelectuais brasileiros, certamente o maior da carreira diplomática, talvez até mais, na variedade e volume dos escritos, que os dois outros colegas que poderiam legitimamente lhe ser equiparados: Roberto Campos e José Guilherme Merquior.

Já conhecedor de boa parte de sua obra, para preparar esta nota fui consultar as entradas sob seu nome nas bibliotecas próximas. As do Itamaraty possuem apenas 27 obras (mas em vários exemplares), sendo 17 na SERE, oito no Rio de Janeiro e duas no Instituto Rio Branco. A do Senado Federal, mais copiosa em artigos do que em livros, exibe 16 obras no catálogo, mas 104 artigos – parte ínfima de seus "sueltos" em periódicos, durante décadas –, sendo o último deles significativamente intitulado "Por que escrever memórias?" (2006).

Suas memórias, justamente, ficaram por terminar, e ainda permanecem sob a guarda da família. Um excelente verbete na *Wikipedia* registra 23 livros publicados, dos quais destacaria os seguintes: *O Brasil na Idade da Razão* (1980); *O Evangelho segundo Marx* (1982); *O dinossauro* (1988); *Utopia brasileira* (1988); *Opção preferencial pela riqueza* (1991); *O espírito das revoluções* (1997); *A ideologia do século XX* (1994); *Em berço esplêndido: ensaios de psicologia coletiva brasileira* (1999); *Da moral em economia* (2002).

Esse verbete, provavelmente escrito pelo amigo Ricardo Vélez-Rodríguez, trata de suas análises sobre o patrimonialismo brasileiro, nosso cartorialismo, o burocratismo, e vários ismos também fustigados pelo seu colega – e contemporâneo na carreira – Roberto Campos. Meira Penna foi admitido em 1937 e Campos ingressou em 1938, no primeiro concurso do DASP, ao lado de outros que entravam pela janela, situação que se prolongou até a criação do Instituto Rio Branco.

Memórias da China

Antes de entrar no Itamaraty eu já o conhecia de nome, pelos artigos publicados no Estadão ou no Jornal do Brasil. Quando ingressei, fui ler um de seus livros: Política externa: segurança e desenvolvimento (1967), obra que discute de forma inteligente os dois princípios da era militar. O primeiro livro emergiu no segundo posto: Shanghai: aspectos históricos da China moderna (1944). Ao partir para missão temporária nessa cidade, em 2010, eu o contatei, para conversar sobre a cidade que ele tinha conhecido antes da dominação comunista.

Em mensagem de 8/11/2009, ele me escreveu:

> Estive duas vezes em Xanghai [sic]. Da primeira, 1941-42, como Vice-Cônsul sob as ordens do Cônsul Geral James F. Mee. Da segunda, em 1949, assistindo ao fim da guerra civil que trouxe Mao ao poder. Dessa segunda vez, fiquei quase um ano em Nanking como Encarregado de Negócios, até a chegada do novo Embaixador, Paranhos da Silva. Saí da cidade duas semanas antes da entrada dos maoístas. (...) Terei grande prazer em conversar consigo. Meu telefone é...

Eu já o conhecia desde os anos 1980, tendo feito uma visita à sua residência, a "Vila Castália", no Park Way, depois de retornar do doutorado e começar a dar aulas no Instituto Rio Branco e na UnB, onde ele também se exercia como professor do então Departamento de Relações Internacionais. Ele me presenteou com um de seus livros e, nos anos seguintes, fui adquirindo ou sendo agraciado com vários outros, todos eles fortemente estimulantes de um diálogo de alto nível sobre as razões do atraso brasileiro em perspectiva histórica e comparada, com base em grandes nomes da cultura ocidental: Weber, Tocqueville, Marx e outros pensadores.

Contraponto ao keynesianismo

Meira Penna foi, salvo engano, o primeiro brasileiro a ser admitido na Sociedade do Mont Pèlerin, o grupo liberal criado no imediato pós-guerra por Friedrich Hayek para se contrapor ao keynesianismo, já dominante nas universidades e nas políticas econômicas de quase todos os países. Por sua vez, ele se contrapôs desde o início ao pensamento estatizante e terceiro-mundista, que prevalecia nas elites brasileiras, independentemente do regime político ou das chefias do Itamaraty.

Em plena atividade como embaixador nos anos 1970, Meira Penna nunca se eximiu de criticar as orientações da política externa, em especial as dos últimos governos da era militar. Tais críticas recrudesceram na democratização, a despeito da boa disposição inicial em relação ao banqueiro Olavo Setúbal.

> A morte do embaixador Meira Pena deixou o Brasil mais pobre na vertente liberal

Aposentado desde 1981, seu último grande embate se deu pela denúncia das "polonetas", os créditos oferecidos a países socialistas para a exportação de manufaturas brasileiras sem quaisquer garantias credíveis. O mesmo ocorreu nos financiamentos oferecidos a países do Terceiro Mundo, na África e na América Latina, redundando em grandes perdas para o país, quando as insolvências passaram a exame, e desconto, no âmbito do Clube de Paris, onde o Brasil era admitido como credor.

Convicções liberais

Em meados dos anos 1980 ele funda, com amigos e intelectuais de renome, a Sociedade Tocqueville, assim como esteve na origem do Instituto Liberal de Brasília. Suas principais contribuições no campo intelectual se dão na crítica ao patrimonialismo e à mentalidade estatizante e intervencionista no Brasil, entranhada na psicologia social, que interpreta com base em teses de Carl Gustav Jung.

Uma das últimas manifestações de Meira Penna se deu em entrevista a Bruno Garschagen (https://goo.gl/1Aj5HC), do Instituto Mises Brasil, em 6/12/2013, na qual ele revela inicialmente que sua orientação liberal surgiu ainda em 1935, quando ele iniciava estudos de Direito e ocorreu a intentona comunista de novembro daquele ano. As leituras de Hayek, Mises e Milton Friedman foram solidificando suas convicções liberais, e sua oposição ao ambiente positivista, intervencionista, nacionalista míope, predominante no Brasil e na grande maioria dos países dominados pelo keynesianismo.

Sua morte, aos 100 anos, em 29 de julho de 2017, deixou o Brasil mais pobre na vertente liberal, num ambiente intelectual carente de grandes nomes nessa área, pois já rarefeito desde o desaparecimento de Roberto Campos e de José Guilherme Merquior. Uma coleção de ensaios em sua homenagem seria bem vinda, a exemplo daquela que se fez por ocasião do centenário de Roberto Campos: O homem que pensou o Brasil. Uma coletânea de seus escritos mais representativos seria ainda melhor...

MSC **Paulo Roberto de Almeida,** diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI-Funag)

Outro sertão:

homenagem a João Guimarães Rosa

Documentário revela papel desempenhado pelo vice-cônsul Guimarães Rosa em Hamburgo, durante os anos de terror na Alemanha

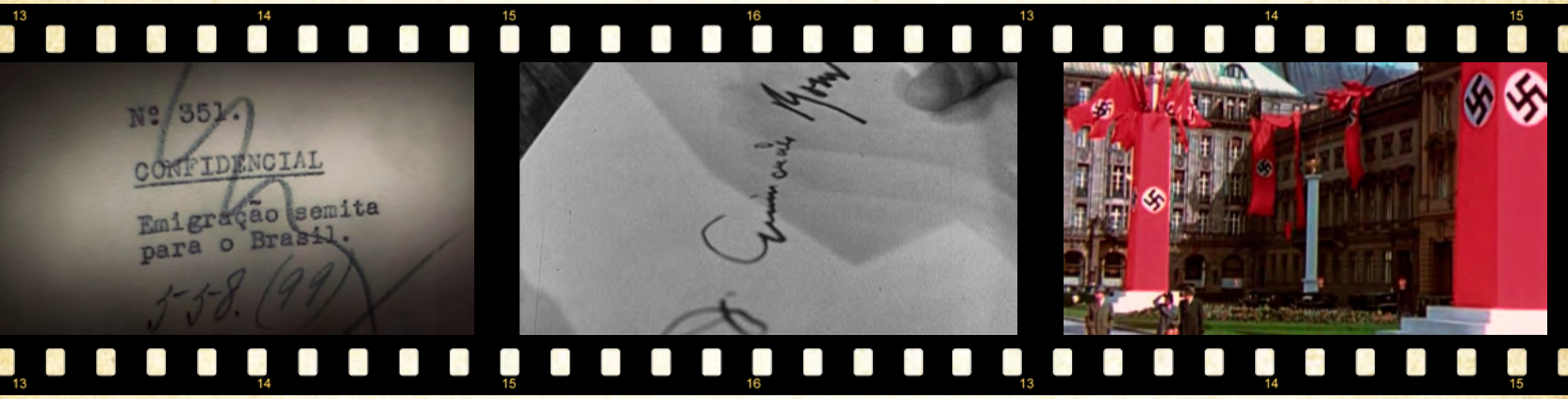
Em homenagem ao cinquentenário de morte de João Guimarães Rosa, foi exibido no auditório do Instituto Rio Branco (IRBr) o documentário Outro sertão. O evento ocorreu no dia 11 de agosto de 2017 e contou com a presença da cineasta Soraia Vilela, que, ao final da projeção, debateu o filme com os diplomatas da Turma 2016/2018 do IRBr.

Codirigida por Adriana Jacobsen, a obra, que chama a atenção pela sofisticação cinematográfica, revela novos detalhes do período em que Guimarães Rosa trabalhou como vice-cônsul em Hamburgo, entre 1938 e 1942, em plena Alemanha nazista, ao lado de sua companheira Aracy de Carvalho. O documentário resgata memórias que narram a fuga em massa de judeus diante da escalada de movimentos nacionalistas antissemitas e o papel do diplomata brasileiro e de sua companheira naquele contexto crítico.

Durante o evento, a diretora do documentário ressaltou o cuidado redobrado na edição da obra, organizada em capítulos a chegada, o amigo, o diário, o escritor, o diplomata, o alarme e a partida, tendo em vista o grande volume de dados e documentos que foram levantados. Nesse contexto, imagens registradas por amadores alheios à estética oficial da propaganda nazista esboçam o cenário no qual ele viveu.

Trechos de cartas, contos e anotações em *off* revelam suas impressões pessoais. Documentos inéditos (alemães e brasileiros) e testemunhos de judeus que fugiram para o Brasil por Hamburgo, bem como de amigos e críticos, recriam a experiência de Guimarães Rosa na Alemanha nazista.

Divulgação - Produção *Outro Sertão*



Divulgação - Produção *Outro Sertão*

Outro sertão resgata memórias das fugas em massa de judeus no contexto da escalada dos movimentos nacionalistas antissemitas

Boa parte do material teve de ser excluído na edição final, para que a linguagem pretendida pudesse ser preservada. As diretoras planejam lançar uma linha do tempo alimentada pelo material extra, em uma plataforma digital acessível ao grande público. Ainda não há previsão de distribuição comercial do documentário, que segue sendo exibido em sessões restritas.

DNA do projeto

Soraia recordou que o projeto foi gestado a partir de uma conversa informal durante um *coffee break* no meio do expediente, quando trabalhava na Alemanha com Adriana Jacobsen. A diretora destacou o trabalho braçal pesado no levantamento detalhado de documentos no Brasil a maior parte no arquivo histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro e em repartições públicas alemãs.

O trabalho de investigação teve acesso inclusive a documentos da Gestapo. "Foi um trabalho minucioso, com alguns obstáculos relativos a direitos autorais. Optamos por mostrar imagens e trechos emblemáticos, por isso a divisão do documentário em capítulos", esclareceu Soraia.

A diretora mineira sublinhou seu interesse pessoal pela vida e obra do diplomata conterrâneo. Ressaltou também que a participação de Guimarães Rosa na prestação de socorro humanitário aos judeus ocorreu, na maior parte do tempo, nos bastidores, enquanto Aracy de Carvalho esteve sempre na linha de frente, no atendimento direto ao público que recorria ao Consulado do Brasil em Hamburgo. Nesse sentido, explica-se a razão pela qual o "Anjo de Hamburgo" permaneceu de maneira mais vívida na memória coletiva dos refugiados judeus.

> "O trabalho de investigação teve acesso aos arquivos históricos do Itamaraty e a documentos da Gestapo, nas repartições públicas alemãs"

Secretário **Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos**
Secretária **Clarissa Alves Machado**

Thang Long-Hà Nôi, uma cidade milenar

Cheguei a Hanói em fevereiro de 2012, pouco mais de um ano depois das grandes celebrações que marcaram o primeiro milênio de fundação da capital vietnamita. A cidade me surpreendeu. São ainda bem visíveis os traços dos tempos em que o Vietnã foi colônia da França (a dominação francesa terminou em 1954) nos edifícios públicos, que imitam os parisienses, e nas elegantes e charmosas mansões, muitas hoje ocupadas por residências de embaixadas estrangeiras que, inseridas em cultura predominantemente asiática (o país foi dominado por mil anos pela China durante o primeiro milênio), convivem em uma atmosfera de crescente modernidade.

A leveza da Ópera de Hanói, projetada por Charles Garnier à imagem da Ópera de Paris, contrasta com a pesada arquitetura soviética do Mausoléu de Ho Chi Minh, que guarda o corpo embalsamado do grande herói da independência, carinhosamente chamado de "Tio Ho" pelos vietnamitas. É tão grandioso quanto o de Lênin em Moscou. Na verdade, a longa história de invasões sofridas pelo Vietnã propiciou um rico legado de influências arquitetônicas que se encontra por todo o país.

Costumava sentar-me, na varanda do café do sofisticado hotel *Sofitel Legend Metropole*, inaugurado em Hanói, em 1901, um dos lugares mais procurados pelos fotógrafos para as sessões de fotos de casamento, e observá-las. Embora seja cada vez mais comum a adoção do vestuário ocidental, muitas noivas preferem vestidos de cores fortes, enquanto o noivo traja terno branco e carrega o buquê de flores.

O hotel guarda entre suas paredes muita história. Nele se hospedaram personalidades famosas: artistas, como Charlie Chaplin, que com Paulette Goddard, aí passou a lua de mel em 1936; escritores como Graham Greene, em 1951, enquanto escrevia seu conhecido livro *The quiet american*; e cantores, como Joan Baez, que imortalizou, na canção *Where are you now, my son?*, a experiência de ficar no Natal de 1972 no abrigo antiaéreo, redescoberto, quando eu servia em Hanói, durante uma reforma do hotel e, hoje, aberto à visitação dos hóspedes.

Caos no trânsito

Assusta a quem visita pela primeira vez Hanói o trânsito caótico, em que milhares de motos disputam espaço com um número cada vez maior de carros. O ruído é ensurdecedor, pois a maioria dos vietnamitas dirige com a mão na buzina, como que anunciando sua aproximação. Custou-me convencer um dos motoristas da embaixada de que não deveria buzinar com tanta insistência. Impressionou-me a capacidade dessas motos,

Wikimedia Commons/Creative Commons

Wikimedia Commons/Creative Commons

Trânsito em Hanói é caótico e ensurdecedor, pois, a maioria dos vietnamitas dirige com a mão na buzina

que transportam famílias inteiras, às vezes de cinco pessoas, ou cargas enormes de todo tipo, inclusive animais, mortos ou vivos.

Dirigindo suas motos, as mulheres usam uma máscara do tipo cirúrgica para tapar o rosto e uma jaqueta de mangas compridas, que cobrem as mãos, não para se proteger da poluição, mas, sim, para preservar a pele branca. Na cultura local, ser bronzeado significa ser camponês e, portanto, ter menos *status*. No mesmo sentido, alguns homens deixam crescer a unha do dedo mindinho para mostrar que não são trabalhadores rurais.

Sem quase semáforos, atravessar uma rua em Hanói era para mim um desafio renovado. Como o fluxo de tráfego é constante, o segredo é olhar para a frente e caminhar lentamente, sempre no mesmo ritmo, para que o motorista possa calcular os movimentos e desviar do transeunte. Respirava aliviada cada vez que chegava do outro lado da rua, onde muitas vezes comerciantes de flores em bicicletas, e vendedoras mais idosas de frutas e legumes, com chapéu cônico típico e duas cestas penduradas, uma em cada lado de um pau de bambu, equilibrado no ombro, dividiam o espaço com jovens de minissaia, em geral usando uma cópia de uma bolsa de grife.

Influência externa

O vestuário ocidental e os acessórios de luxo tornaram-se populares entre as jovens vietnamitas, embora o tradicional e elegante *Áo Dài*, traje nacional do Vietnã, composto por uma calça comprida de seda e uma túnica ajustada, com fendas laterais, que pode ser lisa ou estampada, continue a ser usado em ocasiões especiais.

Chamavam-me atenção o comércio efervescente nos mercados locais e nas bancas de camelôs ao lado de grandes *shoppings* e lojas de estilistas famosos, bem como os restaurantes finos convivendo com o consumo de comida preparada na rua. Desde cedo, mesinhas e banquinhos de plástico são espalhados sobre as calçadas para atender aos clientes. O vietnamita tem o costume de comer e encontrar os amigos na rua. Por essa razão os restaurantes de todo tipo proliferam.

A culinária local mistura sabores variados. O arroz e o macarrão servem de base para muitos pratos, entre os quais o popular *Pho*, uma espécie de sopa que leva macarrão de arroz, legumes e pedaços de carne ou frango, consumido de preferência no café da manhã. O gosto pelo amendoim, tomate, ervas e especiarias, além do pão baguette, foi herdado da França; e pela pimenta, da Tailândia.

ADB - Divulgação

Em Hanói, a comida preparada na rua concorre com restaurantes finos

> Na cidade antiga, os becos, lojas e restaurantes da zona conhecida como '36 Ruas' são um mostruário da arte tradicional vietnamita

A comida vietnamita é, em geral, muito apreciada pelos ocidentais, sobretudo as saladas de papaia verde e manga verde.

Há, porém, restaurantes especializados em pratos exóticos, como carne de cachorro, de rato, de sapo, de cobra, de passarinho e de insetos, que nunca me atrevi a frequentar. Considerado afrodisíaco como a carne do grande morcego frutívoro, o balut, isto é, o ovo de pato fertilizado, com o embrião em crescimento, é servido cozido na casca. Da cobra, além da carne, aproveitam o sangue para preparar uma bebida cor de vinho, indicada para o bom funcionamento do sistema nervoso. O coração da cobra e a bile são usados na preparação de tônicos, recomendados para problemas de coração e má formação óssea.

36 Ruas

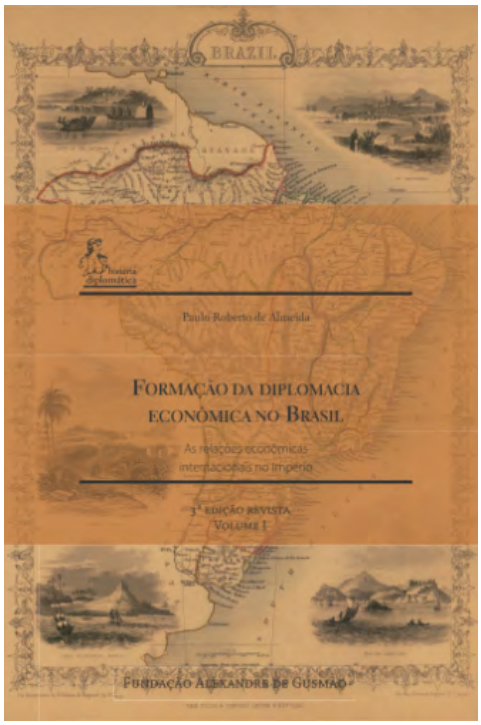
Era um prazer sempre renovado visitar a cidade antiga, a área mais movimentada de Hanói, que abriga a zona conhecida pelo nome de 36 Ruas cada uma especializada em artigos específicos, que concentrou, no passado, 36 corporações de artesãos, que ali se fixaram para atender às necessidades do palácio desde o século XIII.

Cheia de becos, lojas e restaurantes, a cidade antiga mantém até hoje o seu encanto e é um mostruário da arte tradicional vietnamita. Além dos objetos de laca, encontram-se os de bronze, de prata e em chifre de búfalo; cerâmica; pintura; caligrafia; esculturas de madeira e pedra; caixas com incrustações de nácar; rendas, bordados e sedas.

Embaixadora **Vitoria Cleaver,** presidente da ADB e da ADB Sindical

FORMAÇÃO DA DIPLOMACIA ECONÔMICA NO BRASIL: AS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NO IMPÉRIO

ALMEIDA, Paulo Roberto de
(3ra. edição, revista; Brasília: Funag, 2017, 2 volumes; Coleção História diplomática; ISBN: 978-85-7631-675-6; obra completa; 964 p.; volume I: 516 p.; ISBN: 978-85-7631-668-8; volume II: 464 p.; ISBN: 978-85-7631-669-5.)



Apresentada em versão resumida como tese de CAE em 1997, publicada na íntegra pela primeira vez em 2001, e novamente em segunda edição, em 2004, em coedições Senac-SP e Funag, sempre com revisão e ampliação das tabelas estatísticas e quadros analíticos, sai agora em 3a edição, revista e atualizada.

Trata-se de obra "fundadora" sobre os fundamentos e a evolução da diplomacia econômica, cobrindo as etapas iniciais e o desenvolvimento das relações econômicas internacionais no decorrer do século XIX. Prefaciada pelo embaixador Alberto da Costa e Silva, a obra aborda, em oito partes, as diversas vertentes da diplomacia econômica durante o Império, ademais de acompanhar a mudança de hegemonias, da libra ao dólar, já em pleno século XX. O volume compila ainda, uma extensa série de estatísticas históricas sobre o período.

A DIPLOMACIA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL, 1750-2016

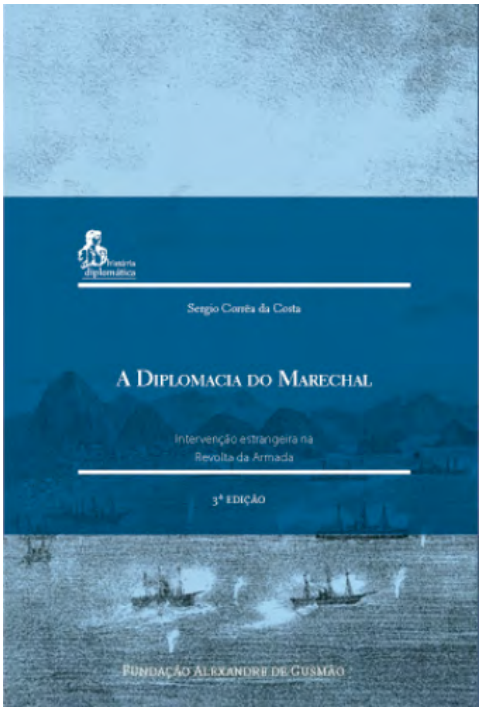
RICUPERO, Rubens
(Rio de Janeiro: Versal, 2017, 780 p.; ISBN: 978-85-89309-80-6)

A obra já nasce clássica, convertida em novo paradigma da historiografia diplomática, e está organizada em 11 grandes partes, ordenadas cronologicamente, de 1680 a 2016, mais uma introdução e uma décima segunda parte sobre a diplomacia em perspectiva histórica. No posfácio, datado de 26 de julho de 2017, Ricupero confessa que escrever o livro foi "quase um exame de consciência... que recolhe experiências e reflexões de uma existência" (p. 744).

O núcleo central da obra é composto por uma análise embasada na história, dos grandes episódios que marcaram a construção da nação pela ação do seu corpo de diplomatas e dos estadistas que serviram ao Estado nessa vertente da mais importante política pública cujo itinerário, à diferença das políticas econômicas ou das educacionais, pode ser considerado como exitoso.

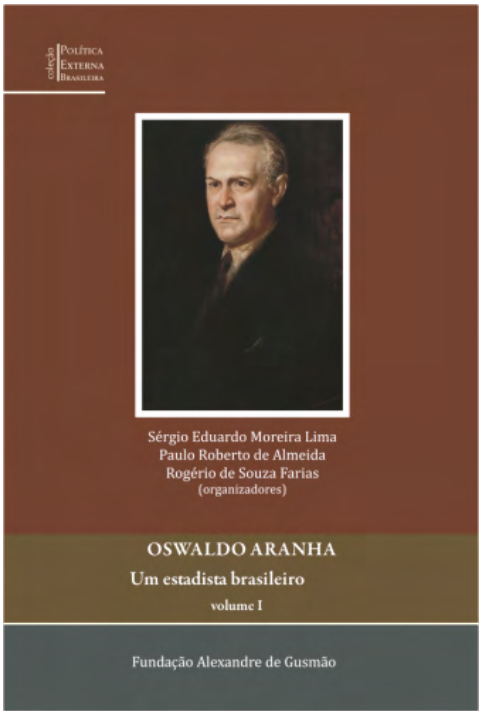
A DIPLOMACIA DO MARECHAL: INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NA REVOLTA DA ARMADA

COSTA, Sérgio Corrêa da
(3a edição; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, 494 p.; ISBN: 978-85-7631-708-1)



A revolta da Armada, na verdade, a ameaça de bombardeio naval à capital – foi a mais séria contestação enfrentada pelo regime republicano, saído de uma "sedição militar", como expresso em manifesto de dezembro de 1893 de seus chefes na Marinha. Esta edição parte da segunda, de 1979, que tinha agregado 12 novos capítulos, fruto de pesquisas em fontes do exterior, à edição original de 1945.

A crise diplomática com as monarquias europeias se deveu em grande medida às posturas ditatoriais do marechal Floriano Peixoto, vice-presidente de Deodoro tornado efetivo após a saída deste, na primeira crise política do novo regime. A cuidadosa pesquisa de Corrêa da Costa segue o fio dos acontecimentos, sobretudo no apoio decisivo dos EUA ao "marechal de ferro", contra as preferências das monarquias europeias por um retorno ao antigo regime.



OSWALDO ARANHA: UM ESTADISTA BRASILEIRO

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (Orgs.)
(Brasília: Funag, 2017, 2 volumes; volume 1, 568 p.; ISBN: 978-85-7631-696-1; volume 2, 356 p.; ISBN: 978-85-7631-697-8)

Concebida como uma coletânea dos mais importantes textos de Oswaldo Aranha dotados de interface internacional, a obra teve de ser repartida em dois volumes, dada a pletora de materiais garimpados em arquivos ou fornecidos por dois netos do grande chanceler da era Vargas, Pedro Corrêa do Lago, autor de uma Fotobiografia, e Luiz Aranha Corrêa do Lago, economista e historiador.

Os muitos discursos, entrevistas e conferências foram divididos em cinco partes: o embaixador em Washington; o chanceler durante a guerra; o representante junto à ONU no pós-guerra; o ministro da Fazenda duas vezes; e o estadista político. Com uma introdução geral e duas setoriais por parte de Rogério Farias; três introduções setoriais por Paulo Almeida; e um ensaio sobre a amizade com Franklin Roosevelt, por Carlos Leopoldo. Referência básica doravante.

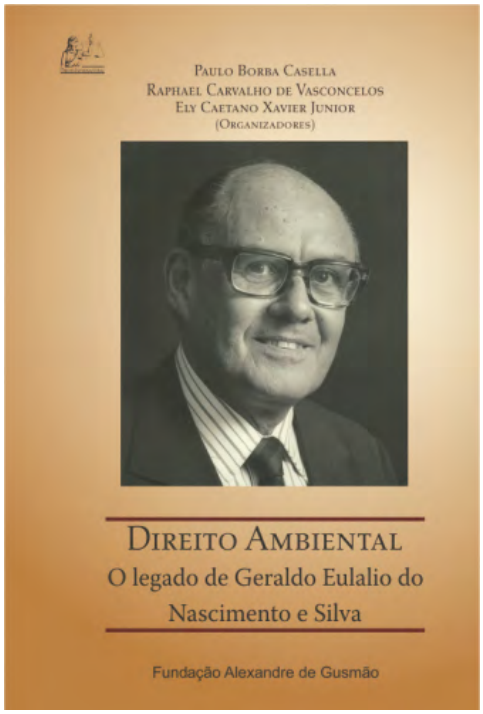
MSC Paulo Roberto de Almeida, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI-Funag)

DIREITO AMBIENTAL: O LEGADO DE GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA

CASELLA, Paulo Borba; VASCONCELOS, Raphael Carvalho de; JUNIOR, Ely Caetano Xavier (Orgs.)
(Brasília: Funag, 2017, 492 p.; ISBN: 978-85-7631-673-2

O professor, jurista, diplomata Geraldo Eulálio teria feito 100 anos em fevereiro de 2017, e para homenageá-lo três discípulos e admiradores coletaram artigos dispersos e algum material inédito junto à família e propuseram à Funag publicar esta homenagem singela, focada nos textos relativos a meio ambiente em sua interface com o direito internacional e o desenvolvimento.

São mais de 70 artigos que confirmam o caráter prolífico do grande mestre, professor de várias gerações de diplomatas no Rio Branco ou em universidades e participante das grandes conferências internacionais em diversas áreas do direito. Seu Manual de Direito Internacional Público, já herdado de um outro grande jurista diplomático, Hildebrando Accioly, vem sendo reeditado e atualizado pelo professor Paulo Borba Casella, um dos organizadores desta coletânea.



A CHINA E OS CHINS: RECORDAÇÕES DE VIAGEM

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro
(Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/CHDD, 2016, 334 p.; ISBN: 978-85-7631-593-3)

Em 2012, os Cadernos do CHDD já tinham publicado os relatos dos diplomatas brasileiros que foram à China na famosa missão do governo imperial de 1880, que tinha por objetivo firmar um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Império do Meio. Um dos integrantes dessa missão foi Henrique Lisboa, que produziu, em 1888 (com a primeira publicação em Montevidéu), este relato visando informar sobre o que era a China.

Mas havia também a intenção, segundo ele, de "concorrer (...) para a resolução do árduo problema que, há alguns anos, conserva em crise a sociedade brasileira: 'a transformação do trabalho'." Ou seja, buscava-se substituir os escravos africanos por trabalhadores chineses, num processo de "imigração livre", o que não era, todavia, aceito pelos mandarins das relações exteriores da China. Oportunidade perdida!

Bailando o hino

Conta Marcos de Vasconcellos, no mesmo livro, que Walther Moreira Salles era embaixador em Washington, meados dos anos 50. Baile na embaixada brasileira. Rezando pelo catecismo do protocolo, antes das danças, a orquestra deflagrou o Hino Nacional.

Atacada a introdução (conhecida como Laranja da China), um diplomata americano, supondo tratar–se de animado maxixe brasileiro, já que não reconheceu os acordes do hino propriamente dito, levantou–se, tomou a embaixatriz Elisinha Moreira Salles nos braços que, perplexa, viu–se a acompanhar passos entusiasmados pelo salão.

Moreira Salles, rápido, fez o mesmo: enlaçou a esposa do diplomata e saiu dançando em direção à orquestra onde, entre dentes, mandou o maestro repetir a introdução e parar por aí. Salvou, de um golpe, a face do outro, o protocolo e a honra pátria.

A nota dissonante

Casal de embaixadores brasileiros (obs.: não aconteceu conosco...), recém-chegado a Santiago, ofereceu a primeira recepção formal. A embaixatriz, como é natural nas boas anfitriãs, esmerou-se para que a mesma fosse um êxito, preocupando-se pessoalmente com o menu.

E, de fato, foi um jantar excepcional e o casal recebia, com grande satisfação, as felicitações de todos os convidados, até se aproximar uma encantadora senhora chilena que, com grande sorriso, lhes disse: La comida de ustedes se merece um siete.

Os embaixadores se entreolharam, paralisados com tamanho desaforo e fecharam a cara. A senhora, então, se afastou, muito incomodada com a reação do casal. O que eles ainda não sabiam é que o sete, no Chile, equivale ao nosso 10.

Não aconteceu conosco quando fomos embaixadores no Chile...

Trecho de *Os bastidores da diplomacia: o bife de zinco e outras histórias, do* embaixador **Guilherme Luiz Leite Ribeiro**

ASSÉDIO NO TRABALHO É CRIME!

A ADB alerta aos(às) diplomatas sobre condutas inadequadas no local de trabalho. Tomem nota de algumas atitudes que configuram assédio moral ou sexual.

- Elogios por razões não associadas ao trabalho, que causam incômodos.
- Comentários sexistas que lhe diminuem como profissional.
- Tratamentos com condescendência, supondo fragilidade ou inteligência menor que os demais.
- Gritos ou palavras que causem humilhação diante de outros.
- Colocar a mão no seu corpo sem que você autorize.
- Propostas sexuais não solicitadas.

Freepik

ADB

VAMOS PREVENIR, COMBATER E DENUNCIAR O ASSÉDIO!

ADB | ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

ADB SINDICAL

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Palácio do Itamaraty
Anexo I, 3º Andar, Sala 329 A
Brasília – Brasil | CEP: 70170–900
Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022
secretaria@adb.org.br | www.adb.org.br